

A G E N D A D A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 7

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 3

O PAPEL DAS THINK TANKS



NA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

novembro de 2002

O PAPEL DAS "THINK TANKS" NA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA



"Entre as diversas influências na formulação da política de relações exteriores dos EUA, o papel das "think tanks" está entre o mais importante e o menos apreciado".

— **Richard Haass**
Diretor de Política e Planejamento
Departamento do Estado dos EUA

"Houve momentos na evolução da política de relações exteriores dos EUA em que as "think tanks" tiveram impacto decisivo na reformulação da sabedoria convencional e no estabelecimento de um novo direcionamento de um ponto estratégico fundamental".

— **Ronald D. Asmus**
Membro Transatlântico Sênior, German Marshall Fund
dos Estados Unidos e Membro Adjunto Sênior,
Conselho de Relações Exteriores

Este número da "Agenda da Política Externa dos EUA" examina o papel único desempenhado pelas organizações de pesquisa e análise de política pública, ou "think tanks", na formulação da política de relações exteriores dos EUA. Um importante funcionário do Departamento de Estado relaciona os benefícios principais oferecidos pelas "think tanks" aos formuladores de políticas dos EUA. Dois peritos revêem a história e a evolução do envolvimento das "think tanks" na política de relações exteriores dos EUA e mencionam a recente proliferação dessas instituições ao redor do mundo. Dois presidentes de "think tanks" e um vice-presidente executivo explicam como uma "think tank" importante funciona, o papel especial de uma "think tank" criada pelo Congresso dos EUA e como uma das maiores "think tanks" do país trabalha com as Forças Armadas dos EUA. Para encerrar, três estudos mostram a influência dessas organizações em dois assuntos fundamentais da política e demonstram como criar uma "think tank", usando Honduras como exemplo.

A G E N D A D A

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Revista eletrônica do Departamento de Estado dos EUA
O PAPEL DAS "THINK TANKS" NA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

ÍNDICE

A VISÃO DE UM FORMULADOR DE POLÍTICAS

THINK TANKS E A POLÍTICA DE RELAÇÕES EXTERIORES DOS EUA: A PERSPECTIVA DE UM FORMULADOR DE POLÍTICAS	5
--	---

Por Richard N. Haass
Diretor de Política e Planejamento, Departamento de Estado

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

THINK TANKS E A POLÍTICA DE RELAÇÕES EXTERIORES DOS EUA: UMA VISÃO HISTÓRICA	10
--	----

Por Donald E. Abelson
Professor, Departamento de Ciências Políticas, University of Western Ontario

THINK TANKS E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE RELAÇÕES EXTERIORES	15
--	----

Por James G. McGann
Membro Sênior, Foreign Policy Research Institute

COMO FUNCIONAM TRÊS "THINK TANKS"

BROOKINGS INSTITUTION: COMO FUNCIONA UMA "THINK TANK"	21
---	----

Por Strobe Talbott
Presidente, Brookings Institution

RAND: COMO AS "THINK TANKS" INTERAGEM COM AS FORÇAS ARMADAS	25
---	----

Por Michael D. Rich
Vice-presidente executivo, RAND

U.S. INSTITUTE OF PEACE: UMA ABORDAGEM PRÁTICA PARA RESOLVER CONFLITOS	29
--	----

Por Richard H. Solomon
Presidente, United States Institute of Peace

CASOS

CAUSANDO UM IMPACTO: "THINK TANKS" E O DEBATE SOBRE A EXPANSÃO DA OTAN	32
--	----

Por Ronald D. Asmus
Membro Transatlântico Sênior, German Marshall Fund dos EUA e
Membro Sênior Adjunto, Conselho de Relações Exteriores

HERITAGE FOUNDATION: INFLUENCIANDO O DEBATE SOBRE A DEFESA COM MÍSSEIS	36
--	----

Por Baker Spring
Membro pesquisador do F.M. Kirby em Política de Segurança Nacional, The Heritage Foundation

Um diálogo nacional sobre a criação de uma "think tank": O Caso de Honduras
Por Amy Coughenour Betancourt
Membro Adjunto do Americas Program, Center for Strategic and International Studies

40

INFORMATIVO

A PORTA GIRATÓRIA

45

THINK TANKS" EM RESUMO

48

UM GUIA PARA LEITURAS ADICIONAIS

O PAPEL DAS "THINK TANKS" NA POLÍTICA DE RELAÇÕES EXTERIORES DOS EUA BIBLIOGRAFIA

52

Destacando outros pontos de vista

O PAPEL DAS "THINK TANKS" NA POLÍTICA DE RELAÇÕES EXTERIORES DOS EUA. UMA SELEÇÃO DE SITES NA INTERNET

54

Links na Internet para recursos sobre temas relacionados

A G E N D A D A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

VOLUME 7, NÚMERO 3, NOVEMBRO DE 2002

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos EUA fornece produtos e serviços que explicam as políticas, a sociedade e os valores americanos para o público estrangeiro. O Escritório publica cinco revistas eletrônicas que tratam das principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas - Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda da Política Externa dos EUA e Sociedade e Valores dos EUA - apresentam declarações sobre políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas.

Todas as edições das revistas aparecem em inglês, francês, português e espanhol, e algumas edições selecionadas também são publicadas em árabe e russo. Uma nova edição em inglês é publicada aproximadamente a cada mês. As versões traduzidas geralmente são publicadas duas a quatro semanas após a publicação do original em inglês.

As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade é única e exclusiva das entidades que publicam esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições de direitos autorais explícitas para tal uso. Os usuários potenciais das fotos com créditos precisam obter autorização prévia de uso com a fonte citada.

Números atuais ou atrasados das revistas, assim como a relação das próximas edições, podem ser encontrados na home page do Escritório de Programas Internacionais de Informação, na World Wide Web, no seguinte endereço <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. As publicações estão disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização online, transferência, download e impressão.

Comentários são bem-vindos na embaixada dos Estados Unidos no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, Agenda da Política Externa dos EUA
Segurança política -- IIP/T/PS
U.S. Department of State
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ejforpol@pd.state.gov

Este número da Agenda da Política Externa dos EUA pode ser encontrado na home page internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na seguinte URL:
"<http://usinfo.state.gov/journals/itps/1102/ijpe/ijpe1102.htm>".

Editora-chefe.....Judith S. Siegel
Editor.....Michael T. Scanlin
Editores-gerentes.....Margaret A. McKay,
.....Jacquelyn S. Porth
Editor associado.....Wayne Hall
Editores colaboradores.....Brenda Butler
.....Ralph Dannheisser
.....David Denny
.....Margaret Kammeyer
.....Merle D.Kellerhals Jr.
.....Jody Rose Platt
Especialistas (referência).....Sam Anderson
.....Camille Lyon
.....Rebecca Ford Mitchell
.....Vivian Stahl
Assistente do programa.....Tracy Nelson
Estagiária de segurança interna.....Jennifer Flahive
Diretor de arte.....Min Yao
Assistente gráfica.....Sylvia Scott
Conselho editorial.....George Clack
.....Judith S. Siegel
.....James Bullock

"THINK TANKS" E A POLÍTICA DE RELAÇÕES EXTERIORES DOS EUA: A PERSPECTIVA DE UM FORMULADOR DE POLÍTICAS

Por Richard N. Haass

*Diretor de Política e Planejamento
Departamento de Estado dos EUA*



Segundo o embaixador Richard N. Haass, diretor de Política e Planejamento, Departamento do Estado, de acordo com a perspectiva dos formuladores de política dos EUA, as "think tanks" de hoje oferecem cinco benefícios fundamentais. Ele diz que elas geram "novos modos de pensamento" entre os tomadores de decisão dos EUA, treinam peritos para atuarem na administração pública e no Congresso, dão aos formuladores de política um ponto para compartilhar o entendimento sobre opções de política, educam os cidadãos americanos sobre o mundo e fornecem mediação para partes em conflito.

Entre as diversas influências na formulação da política de relações exteriores dos EUA, o papel das "think tanks" está entre o mais importante e o menos apreciado. Sendo um fenômeno absolutamente americano, a instituição independente de pesquisa política molda o compromisso global dos EUA há quase 100 anos. Mas, devido ao fato de as "think tanks" realizarem a maior parte de seu trabalho longe dos holofotes da mídia, elas recebem menos atenção do que outras fontes da política dos EUA - como o "empurra-empurra" dos grupos de interesse, as manobras entre partidos políticos e as rivalidades entre segmentos do governo. Apesar desse perfil relativamente discreto, as "think tanks" afetam os formuladores de política externa americanos em cinco maneiras distintas: através do desenvolvimento de idéias e opções originais para a política, através do fornecimento de uma equipe de peritos para atuarem no governo, através do oferecimento de locais para discussões de alto nível, através da educação dos cidadãos americanos sobre o mundo e através de esforços oficiais suplementares para a mediação e resolução de conflitos.

ORIGEM E EVOLUÇÃO

As "think tanks" são instituições independentes, organizadas para a realização de pesquisas e geração de conhecimento independente, com conteúdo político relevante. Elas preenchem uma lacuna de importância crítica entre o mundo acadêmico e a

esfera governamental. Dentro das universidades, a pesquisa é frequentemente impulsionada por debates metodológicos e teóricos, afastados dos dilemas políticos reais. Enquanto isso, dentro da estrutura governamental, os funcionários absorvidos pelas exigências concretas do dia-a-dia dos formuladores de política estão, na maioria das vezes, muito ocupados para recuar um passo e reconsiderar a trajetória mais ampla da política dos EUA. Sendo assim, a contribuição primordial das "think tanks" é a criação de uma ponte de ligação entre o mundo das idéias e da ação.

O surgimento das "think tanks" modernas corresponde ao surgimento dos Estados Unidos como líder global. Elas surgiram há um século, durante a era progressiva, como parte do movimento para profissionalizar o governo. Na maioria das vezes, o mandato era declaradamente apolítico: promover o interesse do público, oferecendo conselhos de relevância política imparciais aos representantes do governo. Exemplos recentes incluem o Institute for Government Research (1916), o precursor do Brookings Institution (1927). A primeira "think tank" dedicada exclusivamente às relações exteriores foi a Carnegie Endowment for International Peace, fundada em 1910 para investigar as causas da guerra e promover acordos pacíficos de disputas. Essas tarefas assumiram um caráter mais urgente com a declaração da Primeira Guerra Mundial, que gerou um apaixonado debate sobre o real papel global da América. Durante o inverno de 1917-1918, o coronel

Edward House, conselheiro do Presidente Woodrow Wilson, reuniu discretamente intelectuais de destaque para explorarem opções para a paz pós-guerra. Conhecido como "The Inquiry" (O Inquérito), este grupo aconselhou a delegação americana na Conferência de Paz em Paris e, em 1921, junto com importantes banqueiros, advogados e acadêmicos de Nova York, formaram o Council on Foreign Relations. A primeira geração de "think tanks" ajudou a construir e manter um eleitorado doméstico bem informado sobre o engajamento global, mantendo a chama internacionalista brilhando durante os anos entre o repúdio americano da Liga das Nações e a chegada da Segunda Guerra Mundial.

Uma segunda onda de "think tanks" surgiu depois de 1945, quando os Estados Unidos assumiram a posição de superpotência e (com o surgimento da Guerra Fria) o papel de defensor do mundo livre. Inúmeras instituições receberam apoio direto do governo dos EUA, que dedicou sólidos recursos para cientistas e pesquisadores na área de defesa. A RAND Corporation, que inicialmente foi criada em 1948, como uma instituição independente, sem fins lucrativos, com o apoio financeiro da Força Aérea, desenvolveu estudos pioneiros de análises de sistemas, teoria de jogos e barganha estratégica que continuam a moldar a maneira como analisamos, décadas depois, a política de defesa e intimidação.

Nos últimos trinta anos, uma terceira onda de "think tanks" foi criada. Estas instituições focalizam tanto a advocacia quanto a pesquisa, buscando oferecer conselhos adequados que possam competir em um mercado lotado, repleto de idéias e influenciar as decisões políticas. O arquétipo da "think tank" em advocacia é a conservadora Heritage Foundation, fundada em 1973. O liberal Institute for Policy Studies tem papel similar.

No alvorecer do século XXI, mais de 1.200 "think tanks" aparecem no cenário político americano. É um grupo heterogêneo, com diferenças em seu campo de ação, verba, mandato e localização. Algumas, como o Institute for International Economics (IIE), o Inter-American Dialogue, ou o Washington Institute for Near East Policy, focalizam determinadas áreas ou regiões. Outras, como o Center for Strategic and International Studies (CSIS), cobrem a política

externa. Algumas "think tanks", como o Brookings, possuem grande verba e aceitam pouco ou nenhum tipo de patrocínio oficial. Outras, como a RAND, têm sua renda proveniente de contratos de trabalho com o governo ou com o setor privado e, outras ainda, como o United States Institute of Peace (USIP), são mantidas exclusivamente com fundos governamentais. Em alguns casos, as "think tanks" agem também como organizações ativistas não-governamentais. Por exemplo, o International Crisis Group, estabeleceu uma rede de analistas em pontos estratégicos em todo o mundo, para monitorar situações políticas voláteis, formulando recomendações originais e independentes para a criação de pressão global em favor de uma resolução pacífica.

A FÁBRICA DE IDÉIAS

Sob a perspectiva dos formuladores de política dos EUA, as "think tanks" de hoje oferecem cinco benefícios principais. Seu maior impacto (de acordo com o nome que levam) está na geração de "novas formas de pensamento" que modifica a maneira como os tomadores de decisão compreendem e respondem ao mundo. Concepções originais podem modificar as idéias sobre interesses nacionais dos EUA, influenciar a escala de prioridades, oferecer estratégias de ação, mobilizar coalizões políticas e burocráticas e criar o design de instituições duradouras. Todavia, não é fácil chamar a atenção dos "ocupados formuladores de políticas" que já se encontram submersos em informações. Para isso, as "think tanks" precisam explorar vários canais e estratégias de marketing - publicação de artigos, livros e, às vezes, dissertações; aparecer com regularidade na televisão, editoriais em jornais e revistas e em entrevistas na mídia impressa; produzir resumos e informativos de fácil leitura e páginas na Web. Audiências no Congresso oferecem outra oportunidade para influenciar as escolhas políticas. Livres das posições oficiais, os especialistas das "think tanks" podem dar-se ao luxo de fazer avaliações francas sobre os desafios globais e a qualidade das respostas governamentais.

Certas circunstâncias históricas apresentam oportunidades excepcionais para injetar novos pensamentos na "arena" da política externa.

A Segunda Guerra Mundial foi uma dessas circunstâncias. Depois do início da guerra, o Council on Foreign Relations iniciou um gigantesco projeto de Estudos de Guerra e Paz, para explorar as fundações desejáveis de uma paz pós-guerra. Os participantes deste esforço produziram 682 memorandos para o Departamento de Estado, cujos assuntos iam da ocupação da Alemanha à criação das Nações Unidas. Dois anos depois do final da Guerra a revista do Council, "Foreign Affairs", publicou um artigo anônimo intitulado "The Sources of Soviet Conduct" (As fontes da conduta soviética). O artigo, na verdade, redigido pelo diplomata americano George Kennan, ajudou a estabelecer a base intelectual da política de restrição realizada pelos EUA nas quatro décadas seguintes. E, em 1993, a "Foreign Affairs" publicou "The Clash of Civilizations" (O choque das civilizações) do cientista político de Harvard, Samuel P. Huntington, uma contribuição seminal para o debate sobre a política externa americana na era Pós-Guerra Fria. Desde 11 de setembro de 2001, estudos do CSIS, Heritage e Brookings têm contribuído para as discussões no governo sobre as estratégias adequadas e as organizações necessárias para confrontar a ameaça terrorista em território nacional e estrangeiro.

As campanhas e transições presidenciais são ocasiões ideais para definir a agenda de política externa. Martin Anderson, do Hoover Institution explica: "É nesta época que os candidatos à Presidência solicitam o aconselhamento de vários intelectuais para estabelecer as posições políticas sobre vários problemas domésticos e externos. Os candidatos à Presidência trocam idéias com peritos em política e testam estas idéias durante a campanha. É como uma estratégia de teste de marketing nacional". O caso mais famoso aconteceu logo após a eleição de 1980, quando a administração Reagan adotou a publicação da Heritage Foundation, "Mandate for Change", como esquema de governo. Outra ocorrência recente foi o relatório de 1992, feito pelo IIE e o Carnegie Endowment, propondo um "conselho de segurança econômica". A administração Clinton implementou esta proposta na criação do National Economic Council (um organismo que existe até hoje).

FORNECENDO TALENTO

Além de gerar novas idéias para os funcionários seniores do governo, as "think tanks" oferecem um fluxo contínuo de especialistas para trabalharem nas administrações e equipes do Congresso. Essa função é de fundamental importância no sistema político americano. Em outras democracias avançadas, como a França e o Japão, os novos governantes podem confiar na continuidade oferecida por um amplo serviço de profissionais civis. Nos Estados Unidos, cada transição traz um giro com centenas de funcionários do escalão intermediário e executivo sênior. As "think tanks" ajudam os presidentes e os secretários de gabinete a preencher este vazio. Depois de sua eleição em 1976, Jimmy Carter contratou diversos indivíduos para sua administração vindos do Brookings Institution e do Conselho de Relações Exteriores. Quatro anos mais tarde, Ronald Reagan procurou outras "think tanks" para atuarem como seu celeiro de idéias. Durante os dois mandatos, ele utilizou os serviços de 150 profissionais do Heritage, do Hoover Institution e do American Enterprise Institute (AEI).

A atual administração Bush seguiu um padrão parecido na contratação para os níveis superiores de sua equipe de política externa. Dentro do Departamento de Estado, funcionários seniores com experiência em "think tanks" incluem a subsecretária de Assuntos Globais, Paula Dobriansky, anteriormente vice-presidente sênior e diretora do Conselho de Relações Exteriores do escritório de Washington; o subsecretário para Controle de Armas e Segurança Internacional, John R. Bolton, ex-vice-presidente da AEI; o secretário de Segurança para a Ásia Ocidental e o Pacífico, James Kelly, ex-presidente do Pacific Forum of CSIS (Honolulu) e a secretária assistente para Organização de Negócios Internacionais, Kim Holmes, ex-vice-presidente da Heritage Foundation. Enquanto isso, no Pentágono, Peter W. Rodman assumiu o cargo de secretário assistente de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional depois de ser o diretor de programas de segurança nacional no Nixon Center.

Além de fornecer especialistas para futuras

administrações governamentais, as "think tanks" oferecem ambientes institucionais onde podem compartilhar idéias, permanecendo engajados em debates sobre política externa criando assim um ambiente de relações externas paralelo. Esta "porta giratória" acontece somente nos Estados Unidos e é a fonte de sua força. Na maioria dos outros países existe uma divisão rígida entre os funcionários do governo e analistas externos. Isso não acontece na América. Madeleine Albright, que ocupou o cargo que hoje é de Colin Powell, como secretária de Estado, dirigiu o Center for National Policy. seu ex-interino, Strobe Talbott, é hoje o presidente da Brookings Institution - onde eu atuei como vice-presidente e diretor de estudos de política exterior. Tendo dividido minha carreira entre o serviço governamental e as "think tanks" posso testemunhar em favor da visão obtida ao se combinar idéias e a prática. Nos últimos 25 anos, alternei cargos no Conselho de Segurança Nacional, Departamentos de Defesa e Estado e no Congresso com cargos no Brookings, no International Institute for Strategic Studies, no Conselho de Relações Exteriores e no Carnegie Endowment.

REUNINDO PROFISSIONAIS

Além de levar novas idéias e especialistas para o governo, as "think tanks" treinam formuladores de políticas em instituições onde podem criar um ambiente de conhecimento compartilhado, se não um consenso, sobre opções políticas no chamado "público de política exterior", termo cunhado por meu colega de Harvard, Ernest May: que são os formadores e criadores de opinião em todas as profissões. Como regra, nenhuma iniciativa de política externa consegue sustentar-se sem que possua uma base fundamental de apoio dentro da ampla comunidade de política externa. Entre as "think tanks", o Conselho de Relações Exteriores, sem afiliação política, tem sido o mais adequado a este papel, organizando centenas de encontros em Nova York, Washington e nas principais cidades do país. Para os funcionários do governo dos EUA, os eventos das principais "think tanks" oferecem um ambiente sem vínculos partidários onde podem ser anunciadas novas iniciativas, explicar a política atual e lançar balões de ensaio para novas idéias. Para os dignitários estrangeiros em visita ao país, a

oportunidade de aparecer perante as destacadas audiências das "think tanks" oferece acesso aos segmentos mais influentes do ambiente da política externa dos EUA.

ATRAINDO O PÚBLICO

Mesmo reunindo as elites, as "think tanks" também enriquecem a cultura cívica da América, através da educação dos cidadãos dos EUA sobre a natureza do mundo em que vivem. O ritmo acelerado da globalização potencializou ainda mais essa função. À medida que o mundo fica mais integrado, eventos e forças globais tocam as vidas do cidadão americano médio. Não importa o assunto, garantir espaço nos mercados internacionais para os produtos agrícolas americanos, acompanhar a trajetória de doenças infecciosas, proteger software americano contra pirataria, garantir a segurança de turistas americanos no exterior ou proteger nossos portos contra infiltrações terroristas. O público americano interessa-se cada vez mais pela política externa. Oito Conselhos de Assuntos Mundiais, espalhados pelos Estados Unidos, são fóruns valiosos onde milhões de adultos e estudantes do 2º grau podem discutir eventos internacionais. Mas também as "think tanks" formais começam a atrair cada vez mais os cidadãos americanos. Em 1999, o Aspen Institute lançou uma Iniciativa de Interdependência Global (Global Interdependence Initiative), "um esforço de dez anos para informar melhor, e motivar mais eficazmente, o apoio público para tipos de compromissos internacionais americanos que sejam adequados a um mundo interdependente".

UNINDO DIFERENÇAS

E, por fim, as "think tanks" podem adotar um papel mais ativo na política externa patrocinando diálogos sensíveis e oferecendo mediação entre partes em conflito. Como parte de seu mandato no Congresso, o Instituto da Paz dos EUA, vem facilitando negociações informais "Track II", além de treinar funcionários do governo para o papel de mediadores em disputas prolongadas. As "think tanks" mais tradicionais também ampliaram seu campo de atuação, participando ativamente nas áreas de diplomacia preventiva, administração e resolução de conflitos. A partir de meados da década de 80, o Carnegie Endowment realizou uma série de

encontros em Washington, reunindo importantes líderes políticos sul-africanos, membros do clero, empresários, representantes trabalhistas, acadêmicos, figuras proeminentes no exílio e americanos, membros do Congresso e funcionários do Executivo. Estes encontros, realizados durante oito anos, ajudaram a estabelecer o primeiro diálogo e a construir uma base de entendimento sobre o futuro da África do Sul durante o delicado período de transição política. Do mesmo modo, o CSIS lançou projetos para melhorar as relações étnicas na ex-Iugoslávia, criando um elo entre as divergências religiosas seculares em Israel e facilitando o diálogo entre gregos e turcos.

Estas iniciativas não-oficiais são atividades delicadas. Mas possuem grande potencial para construir a paz e trazer a reconciliação em regiões de conflito e sociedades destruídas pela guerra, seja como complemento aos esforços do governo dos EUA ou como substituto, quando a presença oficial dos EUA é impossível. Mesmo em obscuros cantos do mundo, elas atuam como olhos, ouvidos e, até mesmo, a consciência dos Estados Unidos e da comunidade internacional.

AS "THINK TANKS" E A POLÍTICA EXTERIOR DOS EUA: UMA VISÃO HISTÓRICA

Por Donald E. Abelson

*Professor, Departamento de Ciências Políticas
University of Western Ontario*



[Embora as "think tanks" tenham tornado-se, nos últimos anos, "um fenômeno global", as "think tanks" dos EUA destacam-se de suas similares em outros países por sua habilidade em "participar direta e indiretamente da realização da política" e pela "disposição dos formuladores de políticas em consultá-las para aconselhamento", diz Donald Abelson, professor de ciências políticas da University of Western Ontario e autor de dois livros sobre as "think tanks".]

A medida que os eventos trágicos de 11 de setembro de 2001 começaram a desdobrar-se, executivos de emissoras de televisão e jornalistas nos EUA lutavam para encontrar peritos em política que fossem capazes de responder duas perguntas críticas: por que dois dos maiores símbolos do poder econômico e militar da América - o World Trade Center e o Pentágono - foram atacados? E quem, no final das contas, foi o responsável pelo planejamento e coordenação desses atos abomináveis?

Para dar respostas aos milhões de espectadores a estas e outras perguntas, os jornalistas buscaram em suas agendas os nomes de analistas políticos em dúzias de "think tanks" americanas. Essa busca frenética deu resultado. A verdade é que, muito antes do choque inicial ter sido absorvido, os analistas políticos de algumas das principais "think tanks" americanas nas áreas de defesa e política externa já apareciam em algumas das redes de televisão para oferecer seu ponto de vista. Nas semanas e meses que se seguiram, a visibilidade dos peritos das "think tanks" na mídia aumentou.

A disposição das "think tanks" em participar da histeria da mídia ao redor do evento de 11 de setembro não surpreendeu os peritos que haviam testemunhado seu envolvimento cada vez mais ativo no processo da formulação política. Uma vez que as "think tanks" estão no ramo do desenvolvimento, reembalagem e marketing de idéias para os

formuladores de políticas, elas não poderiam deixar passar a oportunidade de comentar sobre um dos dias mais trágicos na história americana contemporânea. Todavia, ter acesso à mídia é apenas uma das inúmeras estratégias usadas pelas "think tanks" para moldar a opinião pública e a política.

Meu objetivo não é simplesmente descrever as atividades das "think tanks" nos Estados Unidos, nem tampouco especular sobre o nível de influência que estas instituições podem ter ou não. Ao contrário, irei explorar rapidamente a evolução e a proliferação das "think tanks" americanas e destacar as inúmeras estratégias nas quais apóiam-se para fazer suas contribuições na tomada de decisões em política externa. Irei esclarecer o motivo pelo qual as "think tanks" nos EUA tornaram-se parte integral da paisagem política do país e porque os formuladores de políticas no Congresso, no Executivo e na burocracia federal recorrem com frequência a elas para aconselhamento político.

UMA BREVE HISTÓRIA DAS "THINK TANKS" AMERICANAS

Analistas que estudaram o crescimento e desenvolvimento das "think tanks" costumam concordar entre si que a natureza altamente descentralizada do sistema político americano, unido à falta de uma rígida disciplina partidária e a grande infusão de fundos provenientes de fundações filantrópicas, contribuiu muito para a proliferação das

"think tanks" nos últimos 25 anos. Infelizmente, não conseguem chegar ao mesmo consenso sobre a definição de quando foi criada a primeira "think tank" nos EUA ou o que é essa entidade. Como resultado, ao invés de tentarem definir o que é uma "think tank" - uma tarefa difícil e frustrante levando-se em conta a gigantesca variedade - os pesquisadores contentaram-se em identificar as principais ondas ou períodos de crescimento das "think tanks". Todavia, neste artigo, irei considerá-las como sendo institutos sem fins lucrativos, sem filiação partidária (o que não quer dizer a mesma coisa que sem ideologia), voltados para a pesquisa e que, entre seus objetivos principais, está influenciar a opinião pública e a política.

Alguns comentários devem ser feitos: embora o termo "think tank" tenha sido usado originalmente nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, para referir-se a uma sala ou ambiente seguro onde cientistas e planejadores militares de defesa reuniam-se para discutir estratégias, este uso restrito do termo expandiu-se para descrever quase mais de 2 mil organizações com sede nos EUA que lidam com a análise política e cerca de 2,5 mil instituições similares espalhadas pelo mundo. Uma "think tank" pode trazer à mente a imagem de uma organização como a RAND, uma das principais instituições de pesquisa em política externa e de defesa, com mais de mil funcionários e um orçamento anual de mais de US\$100 milhões. Mas pode também descrever uma organização modesta, como o Institute for Policy Studies de Washington, com menos de 24 funcionários e um orçamento anual entre US\$1 a 2 milhões.

Ao narrar a história das "think tanks" americanas, particularmente as das engajadas no estudo de política externa, é importante ter em mente a enorme diversidade da comunidade das "think tanks". Também é necessário reconhecer que, embora as "think tanks" compartilhem do desejo comum de moldar a opinião pública e as preferências e escolhas políticas dos tomadores de decisão, o modo como procuram exercer esta influência depende de seus objetivos, recursos e prioridades.

A PRIMEIRA GERAÇÃO: AS "THINK TANKS" COMO INSTITUIÇÕES DE PESQUISA POLÍTICA

A primeira grande onda de "think tanks" de política externa nos EUA surgiu no início do século XX, basicamente como resultado do desejo de importantes filantropos e intelectuais. Essas instituições em particular começaram a fazer-se notar nas primeiras décadas do século XX: o Carnegie Endowment for International Peace (1910), fundada pelo barão do aço de Pittsburgh, Andrew Carnegie; o Hoover Institution on War, Revolution and Peace (1919), criado pelo presidente Herbert Hoover e a Council on Foreign Relations (1921), uma instituição que evoluiu de um clube com jantares mensais para tornar-se uma das mais respeitadas instituições de relações exteriores do mundo. Outras duas "think tanks": o Institute for Government Research (1916), que depois se fundiu com outros dois institutos para criar a Brookings Institution (1927), um ícone de Washington e o American Enterprise Institute for Public Policy Research (1943), uma "think tank" conservadora muito respeitada, iriam, com o passar do tempo, dar considerável atenção a um amplo espectro de assuntos da política externa.

Estas e outras "think tanks" criadas durante as duas primeiras décadas do século XX comprometeram-se a aplicar seu conhecimento científico em uma série de problemas políticos. Funcionando, como explicam as palavras de Kent Weaver, um dos especialistas de Brookings, como "universidades sem alunos", "think tanks" como o Carnegie Endowment e a Brookings dão a mais alta prioridade à produção de pesquisas acadêmicas de qualidade. Elas publicam livros, revistas e outros materiais buscando atingir públicos diferentes. Embora os estudiosos destas instituições aconselhassem ocasionalmente os formuladores de políticas quando se estabeleceram, sua meta primordial não era influenciar diretamente as decisões políticas, mas ajudar a educar e informar os formuladores de políticas e o público sobre as conseqüências em potencial de acompanhar de perto várias opções em política externa. Em parte, a disposição das "think tanks", voltadas para a pesquisa política, em permanecerem desligadas do processo político tem raízes no seu compromisso em preservar sua independência intelectual e institucional, algo que várias "think tanks" contemporâneas estão preparadas para sacrificar.

A SEGUNDA GERAÇÃO: O SURGIMENTO DE CONTRATANTES GOVERNAMENTAIS

Como consequência da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de conselhos em política externa independentes tornou-se extremamente importante para os formuladores de política americanos. Ao encarar o aumento das responsabilidades geradas pelo "tornar-se um poder hegemônico em um mundo bipolar", os tomadores de decisões em Washington precisavam da visão e do conhecimento das "think tanks" que poderiam ajudá-los a desenvolver uma política de segurança nacional sólida e coerente. Em 1948, os formuladores de política sabiam a quem recorrer. A RAND Corporation foi criada em maio de 1948 para promover e proteger os interesses de segurança dos EUA durante a era nuclear.

Além de preencher um vazio na comunidade de pesquisa em política externa, a RAND apresentou uma nova geração de "think tanks" - contratantes governamentais - instituições de pesquisa política com ampla verba de departamentos e agências governamentais, cujas pesquisas endereçavam preocupações específicas dos formuladores de políticas. Nos anos seguintes, a RAND iria inspirar a criação de outros contratados governamentais incluindo o Hudson Institute (1961) e o Urban Institute (1968).

A TERCEIRA GERAÇÃO: O SURGIMENTO DAS "THINK TANKS" ATIVISTAS

Nenhum outro tipo de "think tank" gerou mais exposição na mídia nos últimos 30 anos do que a chamada "think tank" ativista. Combinando a pesquisa política com técnicas de marketing agressivas, uma função que compartilham com vários grupos de interesse, as "think tanks" ativistas alteraram fundamentalmente a natureza e o papel da comunidade das "think tanks". Ao contrário das "think tanks" do início do século XX que relutavam em envolver-se em debates políticos, as "think tanks" ativistas incluindo o Center for Strategic and International Studies (1962), a Heritage Foundation (1973) e o CATO Institute (1977) dão as boas-vindas às oportunidades que surgem para influenciar a direção e o conteúdo da política externa. À medida que a indústria das "think tanks" torna-se mais

competitiva, a maioria delas percebeu a importância de capturar a atenção do público e das mentes dos formuladores de políticas.

A QUARTA GERAÇÃO: "THINK TANKS" QUE SÃO "PRODUTOS DE LEGADOS"

O tipo mais recente de "think tank" que surgiu na comunidade de formuladores de políticas são as chamadas "produtos de legados". Entre elas estão o Carter Center, em Atlanta e o Nixon Center for Peace and Freedom, em Washington, D.C. Elas são "think tanks" criadas por ex-presidentes que buscam deixar um legado duradouro na política exterior e doméstica. Todas produzem uma ampla variedade de publicações, realizam seminários e "workshops" e conduzem pesquisas em várias áreas da política.

EXERCITANDO A INFLUÊNCIA POLÍTICA: AS ESTRATÉGIAS DAS "THINK TANKS" DOS EUA

As "think tanks" estão no ramo do desenvolvimento e promoção de idéias e como as corporações do setor privado, destinam recursos consideráveis para o marketing de seus produtos. Todavia, ao contrário das corporações, as "think tanks" não medem o sucesso através de margens de lucro (afinal, são registradas como organizações independentes sem fins lucrativos), mas através do total de influência que possuem na formação da opinião pública e da política. Nesse sentido, as "think tanks" ficaram parecidas com os grupos de interesse ou pressão que competem pelo poder político e prestígio com outras organizações não-governamentais. Apesar de algumas diferenças notáveis entre as "think tanks" e grupos de interesse, as características entre elas ficaram nebulosas com o passar do tempo.

As "think tanks" variam muito em termos de tamanho, quadro de funcionários e recursos institucionais, mas todas confiam, até um certo ponto, nos canais públicos e privados para exercitar a influência política. Entre as quase 2 mil "think tanks" nos EUA, cerca de 25% são consideradas independentes ou livres. A grande maioria está ligada a departamentos de universidades.

As "think tanks" dependem de várias estratégias para transmitir seus pontos de vista para os formuladores

de políticas e o público. Estas podem incluir: a realização de conferências e seminários abertos ao público para a discussão de vários problemas da política externa; encorajar pesquisadores residentes a realizar palestras em universidades, sedes do Rotary Clube, etc; testemunhar em comitês legislativos; aumentar a exposição na mídia impressa e eletrônica; divulgar sua pesquisa e criar sites na Internet.

Num nível privado, os especialistas nas "think tanks" podem buscar envolvimento na política externa: através da aceitação de cargos de gabinete, subgabinete ou outras posições no governo federal (depois do serviço nestes cargos governamentais, a maioria dos formuladores de políticas retornam ou passam a integrar o quadro de uma "think tank"); servindo como conselheiro durante eleições presidenciais, de equipes de transição e do conselho presidencial ou congressista; convidando formuladores de políticas selecionados do Departamento de Defesa, Departamento de Estado, Conselho de Segurança Nacional, CIA e outras agências de inteligência para participarem de "workshops" e seminários particulares e oferecendo aos formuladores de políticas no Congresso, no Executivo e em todo o governo federal resumos políticos e estudos relevantes sob problemas políticos atuais - a marca registrada da Heritage Foundation, conhecida como a mais refinada e apurada das "think tanks" ativistas.

AVALIANDO O IMPACTO POLÍTICO: AS "THINK TANKS" AMERICANAS SÃO INFLUENTES?

Até recentemente, estudiosos e jornalistas achavam que as "think tanks" eram um fenômeno exclusivamente americano e que as situadas em e ao redor de Washington, D.C. eram particularmente influentes. As duas afirmações precisam ser detalhadas. Em primeiro lugar, embora os EUA sejam o lar de algumas das mais notáveis "think tanks" do mundo, as mesmas instituições surgiram em número significativo na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Canadá, Grã-Bretanha, Alemanha, Austrália, na maior parte da Europa Ocidental e Oriental, Ásia, Oriente Médio e África, as "think tanks" passaram a ter uma presença mais visível nos últimos anos. Contando

com o apoio financeiro de fundações, corporações, organizações internacionais como o Banco Mundial e partidos políticos, as "think tanks" tornaram-se um fenômeno global.

O que torna a existência das "think tanks" nos EUA algo único, além do seu grande número, é a forma como se tornaram ativamente envolvidas no processo da realização política. Em resumo, o que distingue as "think tanks" americanas de suas equivalentes em outras regiões do mundo é o quão bem financiadas são algumas das instituições. Além disso, é a habilidade das "think tanks" americanas em participar direta e indiretamente da formulação de políticas e a vontade dos formuladores de políticas em consultá-las em busca de aconselhamento que faz com que alguns estudiosos concluam que as "think tanks" americanas possuem o maior impacto na formatação da política pública.

Infelizmente, poucos estudiosos analisaram bem de perto o como esta influência política é obtida e os vários obstáculos que devem ser superados para medir ou avaliar a influência das "think tanks". E, finalmente, é importante reconhecer que as "think tanks" exercem tipos diferentes de influência política em estágios diferentes do ciclo da formulação de políticas. Enquanto algumas "think tanks" como o American Enterprise Institute e a Heritage Foundation são eficientes na ajuda a conceitualizar certos debates políticos como o corrente debate sobre a defesa de mísseis, outras, incluindo a RAND, são mais influentes ao trabalharem intimamente com os formuladores de políticas para avaliarem os custos e benefícios do desenvolvimento de novas tecnologias militares.

À medida que o número de "think tanks" nos EUA e na comunidade internacional continua a crescer, haverá uma tendência a se deduzir que sua influência está crescendo. Todavia, antes de se chegar a esta conclusão, estudiosos e jornalistas precisam prestar mais atenção em como as "think tanks" contribuíram em debates específicos de política externa e se os formuladores de políticas em divisões, departamentos e agências diferentes analisaram com cuidado seus conselhos. Somente então poderão ser feitas observações mais fundamentadas sobre seu papel e impacto.

As "think tanks" surgiram como jogadores visíveis e em muitos aspectos importantes na comunidade dos formuladores de políticas. Contudo, o fato de terem proliferado em grande número nos conta mais sobre a cultura, sociedade e política dos EUA do que sobre até onde este conjunto diverso de organizações influencia o ambiente dos formuladores de políticas e especifica as decisões políticas. Não há dúvidas de que as "think tanks" podem e fazem contribuições valiosas para a política externa e doméstica dos EUA. As perguntas que continuam a intrigar os estudiosos são quanto de impacto e em que maneira? As respostas para estas e outras perguntas irão oferecer uma percepção aguda adicional do papel e da função destas organizações e seu lugar no processo da realização da política externa americana.

AS "THINK TANKS" E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Por James G. McGann

Membro Sênior do Foreign Policy Research Institute



Os formuladores de políticas cada vez mais se voltam para as organizações independentes de pesquisa política, conhecidas como "think tanks", em busca de informações e análises que sejam atuais, compreensíveis, confiáveis, acessíveis e úteis, diz James G. McGann, membro Sênior do Foreign Policy Research Institute e presidente da McGann Associates. O desafio do novo milênio, diz ele, será "estar ligado ao vasto reservatório de conhecimento, informações e energia associacional que existem nas organizações de pesquisa política pública em todas as regiões do mundo").

Vivemos em uma época turbulenta onde a única constante é a mudança, onde o impensável tornou-se uma realidade negra e onde a fronteira entre política doméstica e internacional está cada vez mais confusa. A promessa e o perigo da globalização transformou nossa visão sobre as relações internacionais e abriu o processo da formulação política para um novo grupo de atores, agendas e resultados. Relações internacionais já foram domínio exclusivo de diplomatas, burocratas e estados, mas os formuladores de políticas de hoje devem analisar um conjunto diverso de atores internacionais, quando formulam uma política externa que inclui organizações como a CNN, a al-Jazeera, o International Committee to Ban Landmines, Greenpeace, Deutsche Bank, al-Qaeda, a ASEAN e a OPEC. Embora estes atores não tenham nascido com a globalização, foram fortalecidos por ela. Basta analisar o simples fato que em 1950 havia apenas 50 nações e um número limitado de organizações intergovernamentais e não-governamentais operando no mundo e começa-se a entender a complexidade e desafio único enfrentados pelos formuladores de políticas quando tentam criar uma política externa eficaz. Os desafios para os formuladores de políticas dos EUA são ainda mais assustadores quando se leva em consideração a seu "status" de superpotência, compromissos globais e o alcance dos atores e problemas transnacionais que deve enfrentar diariamente.

Neste mundo cada vez mais complexo,

interdependente e rico em informações, os governos e os formuladores de políticas individuais enfrentam o problema de trazer conhecimento de peritos para ajudarem nas tomadas de decisões governamentais. Os formuladores de políticas necessitam de informações básicas sobre o mundo e as sociedades que governam, como funcionam as políticas atuais, possíveis alternativas e seus prováveis custos e conseqüências.

Para os formuladores de políticas em muitos países não é a falta de informações que os políticos e funcionários do governo enfrentam, mas uma avalanche de informações e papéis. Sem dúvida, os formuladores de políticas são freqüentemente sitiados por mais informações do que podem utilizar: queixas de eleitores, relatórios de agências internacionais ou organizações da sociedade civil, conselhos de burocratas, relatórios de lobistas e grupos de interesse e revelações sobre os problemas dos programas atuais do governo entre a elite e a camada popular. O problema reside no fato de que estas informações podem não ser sistemáticas, não serem confiáveis e/ou estarem distorcidas pelos interesses daqueles que as estão divulgando. Algumas informações podem ser tão técnicas que formuladores de políticas generalistas podem não entendê-las ou utilizá-las. Algumas informações podem ser políticas, financeiras ou administrativamente impraticáveis, ou irem contra os interesses dos formuladores de políticas que precisam tomar decisões baseados em informações que

consideram pouco adequadas. Outras informações podem ser inúteis porque diferem radicalmente da visão mundial ou da ideologia de quem as recebe. Em países em desenvolvimento ou transição, os dados básicos necessários para a tomada informada de decisões são, freqüentemente, inexistentes ou precisam ser coletados, analisados e formatados de modo a ser úteis para parlamentares e burocratas.

Em política, as informações não se traduzem em poder a menos que estejam na forma correta e cheguem na hora certa. Governos e formuladores de políticas precisam sempre aproveitar o momento em que as forças sociais e políticas corretas estão alinhadas ou quando uma crise os impulsiona a agir. Seja como for, eles com freqüência movem-se rapidamente e tomam decisões com base nas informações disponíveis, o que nem sempre os leva a política melhor informada. Em resumo, os formuladores de políticas e outros interessados no processo de formulação de políticas precisam de informações oportunas, compreensíveis, confiáveis, acessíveis e úteis.

Existem diversas fontes em potencial para estas informações, incluindo: agências governamentais, pesquisadores universitários, centros de pesquisa, consultorias com fins lucrativos e agências internacionais. Mas em países ao redor do mundo, políticos e burocratas voltam-se cada vez mais para um grupo especializado de instituições para atenderem às suas necessidades. Organizações independentes de pesquisa e análise de política pública, conhecidas como "think tanks", suprem a necessidade insaciável dos formuladores de políticas por informações e análises sistemáticas sobre o que é relevante para a política. Esta necessidade imperiosa de informação foi o que causou a criação das primeiras "think tanks" - Royal Institute for International Affairs (1920), Carnegie Endowment for International Peace (1910), Kiel Institute for World Economics (1914) e Brookings Institution (1916) - no início do século XX e ainda continua sendo a força primária por trás da proliferação das organizações de pesquisa política da atualidade. O movimento da sociedade civil internacional também ajudou a estimular o interesse nas "think tanks" como sendo uma fonte alternativa de informações sobre assuntos de interesse internacional, nacional e local e

atuando como críticas em potencial das políticas de governos nacionais e organizações internacionais que podem manifestar-se com uma voz objetiva, independentes do governo e da comunidade empresarial. (1)

Na maior parte do século XX, as "think tanks" independentes, que realizavam pesquisa e davam aconselhamento em política pública, eram um fenômeno organizacional encontrado basicamente nos EUA e em um número muito menor no Canadá e Europa Ocidental. Embora existam "think tanks" no Japão há algum tempo, elas geralmente perdem em independência, por causa de suas ligações estreitas com ministérios e corporações. (2) Nos anos 80 as "think tanks" proliferaram ao redor do mundo, como resultado das forças da globalização, o final da Guerra Fria e o surgimento de problemas transnacionais. Dois terços de todas as "think tanks" que existem hoje foram fundadas depois de 1970 e mais da metade existe desde 1980.

O impacto da globalização do movimento "think tank" é evidente em regiões como África, Europa Oriental, Ásia Central e partes do Sudoeste da Ásia, onde há um esforço concentrado da comunidade internacional em apoio à criação de organizações de pesquisa política independentes. Uma pesquisa recente realizada pelo Think Tanks and Civil Societies Program do Foreign Policy Research Institute ressalta a importância deste esforço e documenta o fato de que a maioria das "think tanks" nestas regiões surgiu nos últimos 10 anos. Hoje existem mais de 4.500 instituições deste tipo ao redor do mundo. A maioria das "think tanks" mais estabelecidas foram criadas durante a Guerra Fria e focalizam assuntos internacionais, estudos de segurança e política externa.

"Think Tanks" existem em quase todos os países com mais de alguns milhões de habitantes e pelo menos um pouco de liberdade intelectual. Durante o século passado, a grande maioria das "think tanks" estava nos EUA, mas agora, pela primeira vez, o número de "think tanks" no mundo supera o número de instituições nos EUA (3). As "think tanks" atuais operam em diversos sistemas políticos, participam de várias atividades relacionadas à política e abrangem um conjunto variado de instituições com formas

organizacionais variadas. E, embora quase todas as "think tanks" realizem a mesma função básica - por exemplo, levar conhecimento e experiência ao

processo de formulação de políticas - nem todas as "think tanks" possuem o mesmo grau de independência financeira, intelectual e jurídica.

Tipologia das "Think Thanks" Autônomas e Afiliadas em Política Pública

Organização	Data Estab	Tipo organizacional
Konrad Adenauer Foundation	1964	Com ligações partidárias (Alemanha)
Jaures Foundation (França)	1990	Com ligações partidárias
Progressive Policy Institute	1998	Com ligações partidárias (EUA)
China Development Institute	1989	Governamental (RPC)
Institute for Political and Congressional Research	1984	Governamental International Studies (Irã)
	1914	Governamental Service (EUA)
Institute for Strategic & International Studies (Malásia)	198	Quase-governamental
Korean Development Institute (Coréia)	1971	Quase-governamental
Woodrow International Center For Scholars (EUA)	1968	Quase-governamental
Pakistan Institute of International Affairs (Paquistão)	1947	Autônoma/independente
Institute for Security Studies (África do Sul)	1990	Autônoma/independente
Institute for International Economics (EUA)	1981	Autônoma/independente
European Trade Union Institute (Bélgica)	1978	Quase-independente
NLI Research Institute (Japão)	1988	Quase-independente
Center for Defense Information (EUA)	1990	Quase-independente (EUA)
Foreign Policy Institute, Hacettepe University (Turquia)	1974	Afiliada à universidade (Turquia)
Institute For International Relations (Brasil)	1979	Afiliada à universidade (Brasil)
The Hoover Institution on War, Revolution and Peace,	1919	Stanford University (EUA)

Com ligações partidárias — afiliada formalmente a um partido político.

Governamental — parte da estrutura do governo.

Autônoma e independente — Significativamente independente de quaisquer grupos de interesse ou doadores e autônoma em suas operações e verba, sem depender do governo.

Quase-governamental — Recebe verba governamental e seus contratos, mas não faz parte da estrutura formal do governo.

Quase-independente — Autônoma do governo, mas controlada por um grupo de interesse doador ou agência contratante que oferece a maior parte da verba e tem influência significativa sobre as operações da "think tank".

Afiliada à universidade — centro de pesquisa política em uma universidade.

O desafio para todas as "think tanks" é como conseguir e manter sua independência de forma que possam sempre dizer "a verdade ao poder".(4)

Levando em consideração as diferenças comparativas nos sistemas políticos e as sociedades civis, desenvolvi as seguintes categorias que tentam capturar o espectro completo das "think tanks" que podem ser encontradas no mundo hoje.

Nos Estados Unidos você pode encontrar todas as formas de organizações de política pública enquanto que o resto do mundo tende a ter "think tanks" de escopo mais limitado e variedade restrita. As "think tanks" fora dos EUA caem em três grandes categorias - afiliadas a universidades, ao governo e a partidos políticos - e costumam não ter o mesmo grau de autonomia que suas companheiras americanas.

Independentemente de sua estrutura, as "think tanks" tornaram-se parte permanente da paisagem política e agora, em vários países, elas fazem parte integral do processo político. "Think tanks" de diversos tipos realizaram diversas funções diferentes, incluindo:

- a execução de pesquisa e análise de problemas políticos;
- oferecer aconselhamento para preocupações imediatas em política;
- a avaliação de programas do governo;
- a interpretação de políticas para a mídia impressa e eletrônica, facilitando assim a compreensão do público e seu apoio para iniciativas políticas;
- facilitar a construção de "redes de problemas" que envolvem um grupo diversificado de atores políticos que se reúnem numa base "ad hoc" para tratar de um problema ou tema político em particular; e
- providenciar o fornecimento de pessoal-chave para o governo.

Embora o surgimento das "think tanks" não tenha sempre sido visto pela estrutura política como um produto perfeito, mesmo assim as "think tanks" tiveram mais influência positiva do que negativa no processo político. Isto é particularmente evidente em

vários países em desenvolvimento e em transição, onde as "think tanks" funcionaram como catalisadoras para a mudança que ajudou a transformar o panorama político e criar uma sociedade civil atuante.

Embora as tradições históricas e políticas em outras regiões do mundo difiram significativamente das encontradas nos EUA e embora todos os países possuam seu conjunto específico de problemas e necessidades políticas, algumas lições úteis podem ser apreendidas da experiência dos EUA. As origens da cultura "think tank" nos Estados Unidos estão ligadas às tradições da era progressiva da América da filantropia corporativa, à distinção aguda entre o legislativo e o executivo, aos partidos políticos fracos, ao compromisso público com a abertura e independência e à inclinação do público e de seus representantes eleitos de confiarem no setor privado para que este seja a interface e a assistência ao governo. Estes fatores reunidos oferecem poucos obstáculos aos analistas políticos, ideólogos e empresários que desejam entrar no mercado de idéias e contribuir para o processo de formulação de políticas. Finalmente, as "think tanks" ganharam destaque porque existe a percepção de que elas freqüentemente oferecem o que a burocracia governamental não oferece.

Especificamente, "think tanks" são:

- orientadas para o futuro de maneira mais eficaz do que os funcionários de pesquisa do governo, cujos esforços criativos nunca são recompensados.
- mais capazes de gerar agendas políticas reconfiguradas, enquanto a burocracia floresce no ambiente de segurança máxima dos procedimentos operacionais padrão.
- mais capazes de facilitar a colaboração entre grupos separados de pesquisadores em busca de um objetivo comum porque não possuem interesses permanentes em um campo.

Além disso, ajudam à síntese intelectual que surge com o rompimento das barreiras burocráticas porque são:

- mais capazes do que as agências governamentais na disseminação de pesquisas políticas relevantes dentro do governo e externamente para as elites políticas, a mídia e o público.

- melhor equipadas para lidarem com a natureza entrecortada dos problemas políticos mundiais.

- mais capazes de reunir e atrair acionistas para o processo de formulação de políticas.

- mais competentes para encaixarem-se no processo político - da reunião de dados à criação de conhecimento/política.

- mais capazes de conceber meios de implementação do que a burocracia governamental, que pode ser segmentada internamente por departamento e área de especialização.

Apesar dos esforços de alguns estudiosos e formuladores de políticas no questionamento do potencial de transferência do estilo independente das "think tanks" americanas para outras regiões e países do mundo, vários formuladores de políticas e grupos da sociedade civil ao redor do mundo lutam para criar "think tanks" verdadeiramente independentes e livres para ajudar seus governos a pensar. Sendo assim, enquanto a transferência do modelo da Brookings Institution, RAND Corporation ou da Heritage Foundation para outros países está sendo debatida, a necessidade e o desejo de reproduzir a independência e a influência destas instituições não são questionados.

A transnacionalização do movimento "think tank" tem sido encorajada com freqüência e recebido suporte financeiro da comunidade internacional de doadores e fundações particulares nos EUA, Europa e Japão. Junto com o fluxo internacional de fundos veio a internacionalização do quadro de funcionários da "think tank". Programas como os mantidos pelo Brookings Institution, Carnegie Endowment for International Peace, National Institute for Research Advancement, Woodrow Wilson International Center for Scholars, German Marshall Fund, Atlas Economic Research Foundation e outras organizações, oferecem oportunidades para que funcionários de "think tanks" e universidades em economias em desenvolvimento ou em transição

venham e consultem seus colegas trocando informações e idéias sobre problemas internacionais e aprendam as melhores maneiras de criar e sustentar uma organização de política pública.

As "think tanks" nos EUA também estão engajadas ativamente na exportação de seus estudiosos, formas de análise política e estruturas organizacionais para outros países. O Urban Institute, a Heritage Foundation, o Foreign Policy Research Institute e o Hudson Institute promovem ativamente sua abordagem de análise política para grupos na África, Ásia, Europa Oriental e a ex-União Soviética. O Urban Institute, o Carnegie Endowment e a Heritage Foundation foram além e estabeleceram filiais no exterior.

Os avanços em sistemas de informações e de telecomunicações ampliaram em muito o escopo e o impacto da colaboração entre instituições e estudiosos. Intercâmbios bilaterais e multilaterais acontecem diariamente enquanto avanços tecnológicos permitem que as equipes de uma "think tank" comuniquem-se e operem com mais eficácia através das fronteiras internacionais. A Internet permite que as "think tanks" espalhadas pelo mundo conectem-se entre si de maneira inimaginável anos atrás. Fóruns globais, conferências e debates acontecem regularmente na World Wide Web. Projetos de pesquisa colaborativa envolvendo pesquisadores de 20 ou mais países são comuns. Recentemente, instituições como o Global Policy Program (Programa de Política Global) do Carnegie Endowment for International Peace, o Global Development Network (Rede de Desenvolvimento Global) do Banco Mundial, Global Public Policy Network (Rede de Política Pública Global) das Nações Unidas e o Think Tanks and Civil Societies Program (Programa de Sociedades Cívicas e "Think Tanks") do Foreign Policy Research Institute criaram parcerias com "think tanks" em todo o mundo, num esforço para criar redes globais que irão analisar problemas globais, tentar moldar políticas externas e influenciar os programas e as prioridades das instituições internacionais. Além disso, um número igual de redes regionais foi organizado na Europa (Transition Policy Network, Trans European Policy Studies Association Network, e Partnership for Peace Network), Ásia (Association of Southeast Asian

Nations Institute of Strategic and International Studies Network), África (African Capacity Building Foundation Network) e América Latina (Atlas Foundation Network) buscando objetivos similares.

O crescimento das organizações de pesquisa de política pública nas últimas duas décadas só pode ser descrito como explosivo. Estas organizações não somente aumentaram em tamanho como também o escopo e o impacto de seu trabalho expandiram-se drasticamente. Mesmo assim, o potencial das "think tanks" no apoio e sustentação dos governos democráticos e sociedades civis ao redor do mundo está longe de ter se exaurido. O desafio do novo milênio é o de estar ligado ao vasto reservatório de conhecimento, informações e energia associacional que existem nas organizações de pesquisa política pública em todas as regiões do mundo. É essencial que o Departamento de Estado dos EUA e outras agências internacionais do governo dos EUA adotem ações imediatas para trabalharem com e através das "think tanks" para ajudar a desenvolver e apoiar uma rede de institutos políticos que irão ultrapassar as fronteiras físicas, políticas e disciplinares em busca de soluções para alguns dos problemas políticos emergentes e duradouros de nosso tempo.

(1) Ver James G. McGann e Kent R. Weaver, eds. "Think Tanks" e Sociedades Civis: Catalysts for Ideas and Action (Catalisadores de idéias e ação); Transaction Publications 2000. Ver também Jeffrey Telgarsky e Makiko Ueno, Introduction: Think Tanks and a Changing Japan (Introdução: "Think tanks" e um Japão em mudança), Telgarsky e Ueno, eds., Think Tanks in a Democratic Society: ("Think tanks" em uma sociedade democrática: Uma voz alternativa, (Washington, D.C.: The Urban Institute, 1996), pg.3.

(2) Telgarsky e Ueno, Introduction, pg.2.

(3) Segundo dados recentes reunidos pelo FPRI Think Tanks and Civil Societies Program existem mais de 4.500 "think tanks" no mundo e aproximadamente 1.500 delas estão nos EUA.

(4) Wildavsky, Aaron, Speaking Truth to Power: The Art and Craft of Policy Analysis (Falando a verdade ao poder: A Arte e o talento da análise política) (Boston: Little, Brown and Co. 1979)

O BROOKINGS INSTITUTION: COMO FUNCIONA UMA "THINK TANK"

*Por Strobe Talbott
Presidente, Brookings Institution*



(O objetivo do Brookings Institution e de todas as outras "think tanks" é "fornecer análises e conclusões à comunidade política que possam ser usadas como base para o desenvolvimento de políticas novas e para modificar e remover políticas já existentes" - declarou o presidente do Brookings, Strobe Talbott. "Uma das tarefas mais desafiadoras", diz ele, "é identificar com rapidez os problemas novos e importantes que nossa nação e o mundo irão enfrentar no futuro" e levá-los até os formuladores de políticas e o público).

O material bruto de trabalho utilizado pelas "think tanks" são idéias. As "think tanks" - ou, mais adequadamente, organizações de pesquisa de política pública - avaliam a validade e utilidade de idéias que formam a base para a política e desenvolvem novas idéias para servirem de apoio para a criação de políticas futuras. James Allen Smith, um historiador com uma série de livros publicados sobre as "think tanks", descreveu-as no título de um deles como sendo "The Idea Brokers" (As corretoras de idéias).

O Brookings Institution é uma das mais antigas "think tanks" dos EUA. O precursor do atual Brookings - o Institute for Government Research - foi fundado em Washington em 1916 por um empresário e filantropo de St. Louis, chamado Robert Brookings. Depois disso ele fundou duas organizações relacionadas; o Institute for Economics e a Graduate School of Economics and Government.

Robert Brookings estabeleceu estas organizações porque viu que os negócios no começo do século XX tiravam proveito das disciplinas relativamente novas da pesquisa econômica e administração organizacional e acreditou que o governo também poderia beneficiar-se com elas. As três organizações de pesquisa uniram-se em 1927 criando o Brookings Institution, que inicialmente focalizava a política social doméstica e a política econômica. Estudos internacionais só foram incluídos na agenda do Brookings depois da Segunda Guerra Mundial. O Brookings está organizado em três grandes áreas

de pesquisa: Estudos de Política Externa, Estudos Econômicos e Estudos de Governo, embora as distinções entre estes departamentos não sejam precisas, uma vez que a instituição analisa problemas interdisciplinares que definem o mundo globalizado. Nossa estrutura organizacional também inclui vários centros de pesquisa, focalizando áreas como o Oriente Médio ou problemas funcionais como a política educacional.

Robert Brookings disse uma vez: "Por trás de todas as atividades do Brookings está a crença na necessidade de contextualizar os problemas de modo preciso e imparcial, apresentando idéias sem ideologia". Desde o princípio, o Brookings fornece aos formuladores de políticas e ao público, pesquisas atuais que buscam encontrar soluções para os desafios mais complexos da política da América.

Com o passar das décadas, as idéias que emanaram do Brookings desempenharam um papel fundamental nas mobilizações para a Primeira e Segunda Guerras Mundiais; a criação do processo orçamentário do governo federal, do sistema de serviço civil e da Previdência Social; o desenvolvimento do Plano Marshall; a imposição de controles de preços durante a Segunda Guerra Mundial; o uso de sanções para punir e influenciar estados criminosos; a organização do National Security Council (Conselho de Segurança Nacional) e outras estruturas de política externa e de defesa; o compromisso na promoção do desenvolvimento em países mais pobres; a evolução da política dos EUA com relação à Rússia e outras políticas.

Desde os ataques terroristas de 11 de setembro, a pesquisa no instituto foi redirecionada para concentrar-se intensamente na geração de idéias e inspirações que levarão ao desenvolvimento ou revisão de políticas abordando as relações entre o mundo ocidental e o mundo islâmico; o equilíbrio adequado entre vigilância contra o terrorismo e a proteção das liberdades civis; o conflito entre Israel e os palestinos; a necessidade de ajustar a diplomacia tradicional entre estados para que leve em conta a ascensão de participantes sem estados; o debate sobre estados de guerra preemptivos ou preventivos como resposta a ameaças de terroristas ou de estados que apóiam terroristas; o desenvolvimento de uma estratégia internacional em longo prazo para o mundo Pós-guerra Fria; o futuro do controle de armas e o caso do sistema defensivo de mísseis.

"As "think tanks" continuam sendo a fonte principal de informações e experiência para formuladores de políticas e jornalistas", concluiu Andrew Rich, um professor de ciências políticas que estudou as "think tanks", em um relatório publicado há cinco anos. "Seus estudos e relatórios são considerados de confiança para guiar e/ou apoiar membros do Congresso em seus esforços legislativos e os jornalistas em suas reportagens".

Em uma pesquisa entre membros da equipe do congresso e jornalistas cobrindo o Senado e a Câmara dos Deputados, Rich descobriu que mais de 90% dos indivíduos considerava as "think tanks" como sendo "influentes ou muito influentes" sobre a política americana contemporânea. Rich informou que o Brookings foi considerado a "mais confiável" das 30 "think tanks" listadas na pesquisa.

O Brookings é sempre mencionado como sendo "uma universidade sem estudantes". Vários de nossos 75 estudiosos seniores possuem diplomas avançados e um bom número deles vêm de universidades. Sua pesquisa e textos são revisados pela comunidade acadêmica.

Alguns deles são o que chamamos de "estudiosos profissionais". Esta descrição aplica-se aos pesquisadores que aceitam periodicamente posições no governo onde possam testar suas conclusões acadêmicas em circunstâncias do mundo real e

formar funcionários que venham para o quadro do Brookings depois de passarem um tempo no serviço público, usando assim sua experiência no governo para acrescentar um ponto de vista prático para nossa pesquisa acadêmica.

Por exemplo, mais de uma dúzia de "estudiosos profissionais" do Brookings trabalharam no Departamento de Estado ou no National Security Council (Conselho de Segurança Nacional), incluindo James Steinberg, o vice-presidente e diretor do programa de Estudos de Política Externa no Brookings (ex-conselheiro interino de Segurança Nacional na Casa Branca e diretor da Equipe de Planejamento Político do Departamento de Estado); Helmut Sonnenfeldt (membro sênior do Conselho de Segurança Nacional) na administração Nixon e ex-diretor do Departamento de Pesquisa sobre a União Soviética e Europa Oriental do Departamento de Estado) e Martin Indyk, diretor do Saban Center for Middle East Policy (ex-secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Oriente Próximo e duas vezes Embaixador dos EUA em Israel). O Brookings também tem especialistas de todas as outras divisões do governo, como o ex-senador Bill Frenzel (Partido Republicano-Minnesota), um de nossos peritos residentes sobre impostos, comércio livre e política orçamentária.

O National Institute for Research Advancement em Tóquio, relacionou 3.500 "think tanks" no mundo, metade nos EUA. Nem todas essas organizações de pesquisa política mantêm uma atmosfera rigidamente acadêmica ou exigem "independência não-partidária" em suas análises, como faz o estatuto do Brookings. Algumas "think tanks" são mais políticas. Algumas focalizam apenas um problema ou um número pequeno de assuntos relacionados. Algumas possuem uma agenda ideológica ou uma abordagem partidária claramente identificável, com formuladores de políticas lobistas para implementarem esta agenda. Mas, sejam elas identificadas como sendo de esquerda ou direita - ou centrista como o Brookings - todas as "think tanks" dedicam-se a divulgar suas pesquisas e recomendações aos formuladores de políticas, mídia, líderes de opinião influentes, organizações interessadas e membros do público. Por trás de todas estas atividades está o objetivo do Brookings Institution e de todas as outras "think

tanks" - fornecer análises e conclusões à comunidade política que possam ser usadas como base para o desenvolvimento de políticas novas e para modificar e remover políticas já existentes.

A disseminação das análises e recomendações políticas do Brookings é feita de várias maneiras. As conclusões de vários pesquisadores são apresentadas em livros e relatórios. Há alguns anos, quando percebemos que os formuladores de políticas e suas equipes não tinham tempo para ler livros e relatórios longos, o Brookings começou a publicar suas descobertas em formatos mais curtos e mais acessíveis, intitulados Policy Briefs (Resumos Políticos). Outras "think tanks" também começaram a fazer isso.

Os estudiosos do Brookings freqüentemente comunicam suas conclusões diretamente aos formuladores de políticas através de testemunhos no Congresso, consultas particulares e reuniões com membros do Congresso e do Executivo. A comunicação ao público interessado não-governamental é feita através de fóruns, mesas-redondas e outros eventos.

Os formuladores de políticas são freqüentemente influenciados pela opinião pública e a opinião pública é freqüentemente influenciada pela cobertura da mídia jornalística. Além disso, muito do que os formuladores de políticas, seus conselheiros e o público sabem sobre problemas políticos é ensinado pela mídia jornalística. Portanto, não é de surpreender que muitos estudiosos no Brookings e outras "think tanks" destinem uma boa parte de seus esforços na apresentação de suas idéias e descobertas através da mídia jornalística. Isso acontece na forma de entrevistas na televisão, rádio e mídia impressa, artigos assinados para as páginas de editoriais em jornais, conferências de imprensa, discursos e artigos para revistas acadêmicas. Há mais de um ano, o Brookings inaugurou seu estúdio particular de rádio e TV para facilitar a realização de entrevistas com a mídia.

O Brookings e outras "think tanks" também publicam "guias de mídia" para ajudar os jornalistas a localizarem e entrevistarem estudiosos com experiência no problema político sobre o qual o jornalista está escrevendo.

A verba para patrocinar toda essas pesquisas, análises, divulgação e promoção - e os funcionários - gira em torno de aproximadamente US\$40 milhões por ano no Brookings. O dinheiro vem de um legado estabelecido originalmente pelo fundador, Robert Brookings; de doações feitas por fundações, corporações e indivíduos e de fontes de renda como o Brookings Institution Press, que publica mais de 50 livros por ano e o Center for Public Policy Education, que oferece seminários educacionais para executivos do governo e área corporativa.

Regras elaboradas garantem que os provedores financeiros não possuem nenhum tipo de influência sobre o planejamento e resultados das pesquisas do Brookings.

Uma das tarefas mais desafiadoras é identificar com rapidez os problemas novos e importantes que nossa nação e o mundo irão enfrentar no futuro. Depois disso, seguindo a tradição do Brookings, focalizamos nossos esforços para levar esses problemas para a atenção dos formuladores de políticas e o público, oferecendo pesquisas e análises sólidas, informando para a realização de debates e fornecendo idéias construtivas e recomendações.

Como disse o historiador James Allen Smith em seu material sobre a história de Brookings em seu 75º aniversário, "... quando poucos estudiosos estavam disponíveis e preparados para lidar com problemas políticos emergentes, o Brookings sempre trabalhou para redirecionar a atenção deles e para criar novas redes de conhecimento, fosse na regulamentação e finanças governamentais, nas economias das nações asiáticas ou no comando e controle de armas nucleares. Sem dúvida, o melhor teste do sucesso e influência de uma instituição em longo prazo não está no seu impacto imediato sobre determinadas decisões políticas... mas em sua habilidade de formar redes de peritos de modo que elas continuem a antecipar os problemas da nação mesmo antes dos contornos do debate político estarem delineados".

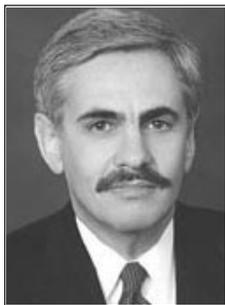
Os ocupados formuladores de políticas governamentais apreciam o valor adicionado à habilidade do Brookings em combinar a análise de tendências em longo prazo com a recomendação de políticas de curto prazo. Embora muitos dos

problemas que enfrentamos hoje não podiam nem ser imaginados por Robert Brookings em 1916, seu método de pesquisa não-partidária, voltado para a política permanece constante desde o dia de nossa fundação.

RAND: COMO “THINK TANKS” INTERAGEM COM AS FORÇAS ARMADAS

Por Michael D. Rich

Vice-presidente executivo da RAND



("Think Tanks" que trabalham com agências de defesa e de inteligência, inicialmente com o foco exclusivo em tópicos regionais e funcionais, agora também estão sendo chamadas para ajudar as forças armadas a tratar do novo desafio do terrorismo e da segurança da pátria, afirmou Michael D. Rich, vice-presidente executivo da RAND. Os pesquisadores da RAND que têm estudado o terrorismo por mais de 30 anos, agora estão ajudando os tomadores de decisões a desenvolver uma aproximação analítica abrangente para defesa contra ataques terroristas, e, ao mesmo tempo, estão aumentando a pesquisa em outros assuntos para governos em todo o mundo.)

Desde o início do Departamento de Defesa dos EUA (DOD), as "think tanks" têm trabalhado de perto com as lideranças civil e militar em uma extensa gama de assuntos, desde novas tecnologias até o planejamento e operações militares, para melhor ajudar na proteção dos interesses dos EUA contra as ameaças sempre em evolução.

Como liderança civil do Departamento de Defesa, os serviços militares uniformizados exigem alta qualidade, pesquisa objetiva em tendências geopolíticas e as implicações de diferentes opções de política externa. Entre outras coisas, tal pesquisa é necessária para que situações realistas orientem o planejamento e avaliações do programa, e para desenvolver uma compreensão de prováveis constrangimentos de flexibilidade operacional.

A seu favor, os serviços militares e o gabinete do secretário de Defesa (OSD) criaram e usaram um grande conjunto de fontes para esta pesquisa, desde institutos pequenos como o Center for Strategic and International Studies (CSIS) e o Lexington Institute, apoiado principalmente por doações de empresas ou de indivíduos, até grandes organizações de pesquisa política como o Institute for Defense Analyses que tem um contrato com o Departamento de Defesa. A mais antiga e maior destas organizações de pesquisas é a RAND que foi criada com capital privado, como uma corporação sem fins lucrativos, em 1948. Cerca de metade dos trabalhos atuais de RAND estão ligados à defesa nacional, enquanto a outra metade

lida com diversos assuntos de política nacional.

A RAND opera três centros federais de pesquisa e desenvolvimento (FFRDCs) patrocinados pelo Departamento de Defesa. FFRDCs são programas de pesquisa operados por organizações sem fins lucrativos (não-comerciais) com contratos de longo prazo. Desenvolvem e mantêm perícias essenciais e capacidades importantes para seus patrocinadores e operam nos interesses públicos, livres de reais ou possíveis conflitos de interesse.

A criação da RAND permitiu à Força Aérea reter e estender as importantes contribuições científicas civis durante a Segunda Guerra Mundial. Como parte de um programa maior de pesquisa sobre poder aéreo na RAND, a Força Aérea semeou o desenvolvimento de um esforço analítico de quebra de caminho, com o objetivo de entender a União Soviética. Algumas das pesquisas da RAND trataram do desenvolvimento da estratégia soviética, da doutrina e dos sistemas militares. A Força Aérea também pediu análises da economia soviética, da política externa, dos programas de ciência e de tecnologia, entre muitos outros tópicos.

O trabalho pioneiro da RAND era tão novo que requereu a tradução de muitos textos soviéticos fundamentais e a criação ou refinamento de numerosos métodos analíticos que se tornaram padrão em toda a comunidade de pesquisa, inclusive a entrevista de emigrantes cuja desconfiança dos

funcionários do governo, em caso contrário, os teria tornado inacessíveis.

Logo, a Força Aérea e, em seguida, o gabinete do secretário de Defesa procuraram a RAND para pesquisar sobre a China, Europa Oriental, Japão, Sudeste Asiático, Oriente Médio, América Latina e Europa Ocidental. Embora menores, em escala, do que as análises da União Soviética, esses estudos também forneceram à Força Aérea - através dos relatórios da RAND amplamente disseminados, o restante do governo dos EUA e o público - um órgão independente de pesquisa em uma grande variedade de tópicos. Estes tópicos incluíram força econômica, capacidades militares, insurreições, intenções de hegemonia e possibilidades de sucessão de liderança em muitas nações e regiões em todo o mundo.

Com o passar do tempo, a RAND desenvolveu linhas complementares de pesquisa para as forças armadas, como também para outros clientes federais como a comunidade de inteligência. E o Departamento de Defesa aumentou o número e a diversidade de suas fontes externas de pesquisa continuamente, também usando outras no crescente mundo de "think tanks" como o Council on Foreign Relations, o American Enterprise Institute, e o Brookings Institution.

Os centros de pesquisa e desenvolvimento da RAND, financiados em nível federal, têm um papel especial para ajudar a conhecer as necessidades de pesquisa e análise dos seus patrocinadores do Departamento de Defesa. Os FFRDCs são: Project AIR FORCE; the Army's Arroyo Center e the National Defense Research Institute (NDRI) que primeiramente presta serviços para o gabinete do secretário de Defesa; o Estado Maior Conjunto e as Agências de Defesa. Cada um desses centros é responsável por um abrangente e integrado programa de pesquisa que trata de necessidades emergentes de segurança e suas implicações para as organizações patrocinadoras; o desenvolvimento de novas estratégias, doutrinas, táticas e conceitos de operações; a aplicação de novas tecnologias; e assuntos relacionados com logística, força de trabalho, treinamento, pessoal, cuidado médico, e aquisição de sistemas.

Para cada FFRDC, a RAND se compromete a desenvolver e manter um conjunto de específicas "capacidades básicas". Tudo isto é feito com uma

grande familiaridade com a estrutura, doutrina, operações, e personalidades das organizações patrocinadoras. Na verdade, uma das forças das FFRDCs, operadas pela RAND ou por outras entidades sem fins lucrativos, é a sua estabilidade e a relação estratégica, próxima e em longo prazo, com seus patrocinadores militares ou do OSD.

O processo de estabelecimento da agenda de pesquisa é interativo, e se inicia com o desenvolvimento de um plano de pesquisa em longo prazo que é revisado anualmente. Discussões contínuas entre os responsáveis pela pesquisa da RAND e funcionários de gabinete ou civis de grau comparável permitem que a RAND desenvolva um programa de pesquisa anual de estudos individuais, que depois é aprovado por um conselho de alto nível. No caso do Project AIR FORCE e do Arroyo Center, os conselhos são presididos pelo vice-chefe de serviços; no caso do NDRI, a presidência é do subsecretário de defesa responsável por aquisição, tecnologia, e logística. Estudos individuais são tipicamente comissionados para um ou mais oficiais ou funcionários de gabinete seniores que ajudam a formar o escopo, as fases, o cronograma da pesquisa - fornecendo comentários, sugestões e críticas durante o processo.

Como um exemplo de tal estudo, temos o projeto multianual do Project AIR FORCE sobre a modernização da defesa chinesa e suas implicações para a Força Aérea. Embora tenha sido desenvolvido contra o fundo de amplas interações entre a RAND e a liderança sênior da Força Aérea, os contornos específicos do estudo foram trabalhados com o então chefe das Forças Aéreas do Pacífico, o general Richard Myers, e o chefe do Quartel Geral da Força Aérea para Operações Aéreas e Espaciais, o tenente-general John Jumper (agora, chefe de Força Aérea do Estado Maior Conjunto). Os dois oficiais, como também seus sucessores, foram ativos participantes durante as análises. A equipe de pesquisa conseguiu muitos outros membros, inclusive os experientes do Foreign Service e especialistas acadêmicos.

Uma vez que os objetivos do estudo foram acordados, a RAND reuniu uma equipe discrepante de pesquisadores sob a liderança de Zalmay Khalilzad, um ex-funcionário sênior dos Departamentos de Estado e Defesa que trabalhava

para a RAND. Khalilzad é agora um membro da equipe do Conselho de Segurança Nacional (National Security Council), além de ser o enviado do presidente para o Afeganistão. Além de especialistas chineses, havia outros especialistas regionais e peritos em estratégia de defesa, poder aéreo, inteligência, e economia.

A equipe foi acrescida de diversos oficiais da Força Aérea que trabalham para a RAND como executivos federais. Durante a pesquisa, a equipe de estudo revisou o trabalho em andamento com um grupo de conselheiros composto de uma grande variedade de oficiais federais seniores, atuais e ex-funcionários, tanto de governos democráticos como republicanos, incluindo o ex-conselheiro de segurança nacional, Brent Scowcroft e três ex-secretários de defesa: Harold Brown, Frank Carlucci e William Perry.

Este projeto produziu numerosas instruções específicas internas para os oficiais seniores da Força Aérea e para outros funcionários de Departamento de Defesa, e produtos escritos, como um relatório final e um documento derivado que foram publicados e amplamente divulgados. De uma forma que caracteriza muito a pesquisa de FFRDCs, o projeto envolveu uma contínua e íntima interação com a Força Aérea em todos os níveis. Mais importante, o trabalho era de valor prático para a liderança sênior da Força Aérea e foi amplamente lida e usada pelo governo dos EUA e pela região.

Todo o produto da RAND passa por um processo rigoroso de garantia de qualidade e este relatório não foi exceção. Além de revisões internas, o manuscrito foi revisado, antes da publicação, por I. Lewis Libby, ex-subsecretário do Departamento de Defesa e funcionário do Departamento de Estado e por David Shambaugh, professor de ciência política e relações internacionais e diretor do China Policy Program na The George Washington University.

Este estudo é um dos muitos feitos pelo FFRDCs da RAND durante os últimos anos que examinaram assuntos importantes das relações entre EUA e China. Outros estudos de FFRDC da RAND, durante o mesmo período, examinaram problemas críticos envolvendo nações como Coreia do Norte, Indonésia, Índia, Afeganistão, Irã, Iraque, Turquia e Colômbia.

Cada um desses estudos utilizou as mesmas capacidades da RAND no caso do estudo sobre a China: um time multidisciplinar de pesquisadores, extensos contatos com o exterior e uma íntima relação de trabalho com o patrocinador militar.

O trabalho individual em e sobre países permitiu que a RAND realizasse análises detalhadas de assuntos de segurança em um nível regional na Ásia Oriental, Sul da Ásia, Oriente Médio e Golfo Pérsico. Na realidade, a RAND está fazendo cada vez mais trabalhos para governos em todo o mundo. O padrão de estudos detalhados sobre um país e as análises regionais mais abrangentes foi especialmente efetivo no trabalho na Europa. A RAND tem uma presença significativa na Europa, com três escritórios e programas de pesquisa em defesa e campos de não defesa. Uma série de análises sobre controle de armas convencionais, usando avançados modelos de combate, e sobre as questões relacionadas com poder aéreo tiveram uma influência significativa na posição dos EUA, e finalmente no Tratado de Forças Convencionais da Europa (CFE). Além disso, muito do pensamento inicial sobre a razão para caminhos alternativos para expansão de OTAN foi feito pela RAND e por outras "think tanks".

As "think tanks" agora são convocadas para contribuir para um novo desafio: a emergência do terrorismo como uma ameaça mundial e de segurança nacional já que é uma prioridade nacional da mais alta ordem. Os pesquisadores da RAND estão estudando o terrorismo há mais de 30 anos, e hoje estão ajudando o governo dos EUA a desenvolver uma aproximação analítica abrangente para a defesa contra ataques terroristas. Bombas maiores, melhores armas e novos sistemas de armas não são suficientes para derrotar os terroristas, que operam longe dos tradicionais campos de batalha. Precisamos também de uma melhor compreensão de quem são os terroristas, como operam, o que os motiva e o que pode ser feito para impedir que ampliem seu campo de atuação. E precisamos de uma melhor compreensão das vulnerabilidades de nossa nação e como reduzir essas vulnerabilidades. As pesquisas e as análises da RAND desempenham um papel importante para ajudar a melhorar a política do governo e as tomadas de decisões nestas áreas vitais. Desde os ataques aos EUA em 11 de setembro de

2001, os FFRDCs da RAND - como os outros FFRDCs operados por outras instituições, como o Centro de Análises Navais que ajudam o Departamento de Defesa regularmente - têm sido convocados por seus patrocinadores para modificar suas agendas de pesquisa. O legado dos trabalhos anteriores e as capacidades resultantes, combinado com a flexibilidade dos arranjos institucionais e as íntimas relações de trabalho entre patrocinadores e pesquisadores, operadores e analistas, equipou os FFRDCs para estas novas dimensões no contexto da política externa e do planejamento de defesa.

É claro que os "velhos" assuntos não foram esquecidos. Simplesmente foram unidos e complicados pelos mais recentes. Os peritos da RAND, em uma grande variedade de assuntos de segurança nacionais, têm ajudado as forças armadas dos EUA a defender a nação por mais de 50 anos, lidando ao mesmo tempo com ameaças que agora fazem parte de história, e com ameaças que estarão nas primeiras páginas dos jornais de amanhã.

THE U.S. INSTITUTE OF PEACE: UMA ABORDAGEM PRÁTICA PARA RESOLVER CONFLITOS

Por Richard H. Solomon

Presidente, United States Institute of Peace (USIP)



(A abordagem do United States Institute of Peace é "dar um passo a mais" do que a "think tank" tradicional e "pular nas trincheiras junto com aquelas pessoas que estão tentando levar a paz para suas regiões do mundo e trabalhar diretamente com elas", disse Richard H. Solomon, presidente do USIP. Neste contexto, disse ainda que o Instituto - criado pelo Congresso dos EUA - agrega "uma quantidade cada vez maior de conhecimento e perícia nas técnicas de gerenciamento de conflitos e criação de condições para a paz".)

TO United States Institute of Peace é uma entidade única dentro da, cada vez mais, aglomerada comunidade de "think tanks" de política externa de Washington. Talvez o aspecto mais óbvio deste nosso caráter único seja o fato de sermos uma criação do Congresso dos EUA. Somos uma entidade federal independente. Entretanto, nosso aspecto mais evidente é que adotamos uma abordagem prática e pró-ativa no sentido de cumprir nossa missão de promover a resolução pacífica de conflitos internacionais. Alguns membros de nossa equipe, na verdade, gostam de se referir a nós como uma "think-and-do tank", ou seja, uma "think tank" que age. Voltarei a falar sobre isso após uma breve explicação das origens e missão do Instituto.

No final da década de 70 e início da década de 80 - na esteira da guerra do Vietnã - havia um debate entusiasmado nos Estados Unidos sobre o valor de se estabelecer uma "academia da paz" nacional para treinar profissionais nas habilidades de criar condições para a paz, como complemento à missão educacional das três academias militares administradas pelo governo. Como resultado desse debate, o Congresso dos EUA decidiu em 1984 estabelecer "um instituto nacional independente e sem fins lucrativos, para atender à população e ao governo por meio da mais ampla gama possível de opções de educação e treinamento, oportunidades de pesquisa básica e aplicada e serviços de informação relacionados ao tema da paz, visando promover a paz internacional e a resolução de conflitos entre nações e povos do mundo, sem recorrer à violência".

Desta forma surgiu o United States Institute of Peace. Financiado anualmente pelo Congresso e supervisionado por um conselho diretivo bipartidário, indicado pelo presidente e confirmado pelo Senado, o Instituto concentra seus esforços em educação, treinamento, desenvolvimento de políticas e programas práticos para o gerenciamento de conflitos, sempre buscando a paz internacional - no Oriente Médio, nos Bálcãs, no Afeganistão, na África Subsaariana - na verdade em qualquer região do mundo onde houver ameaça ou ocorrência de conflitos violentos.

Embora nossa missão tenha uma abordagem parecida com a de uma "think tank" não governamental tradicional - através de pesquisa, estudos, concessão de bolsas, eventos públicos e publicações - também temos programas práticos que são mais aplicados do que o trabalho de uma "think tank" tradicional. Como mencionei na introdução, gostamos de nos descrever como uma "think-and-do tank", ou seja, uma "think tank" que age. Portanto, qual a parte prática da equação?

Trata-se, em grande parte, de treinamento e educação. Somos muito ativos no treinamento dos pacificadores de hoje e na educação daqueles do futuro. Em termos de treinamento, por exemplo, o Institute of Peace, por meio de um acordo de cooperação com o Departamento de Estado dos EUA, treina policiais americanos que se ofereceram como voluntários para servir no exterior como guardiões da paz especialmente treinados para atuar em áreas pós-conflito, como os Bálcãs e o Timor

Leste. Existem centenas de policiais civis servindo no exterior e muitos deles passaram pelo Programa de Treinamento antes de embarcarem.

O Programa de Treinamento funciona não apenas em Washington, mas em todo o mundo. As pessoas treinadas incluem diplomatas, funcionários do governo, líderes civis, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e militares dos Estados Unidos e de dezenas de outros países. Eles são treinados para lidar com todas as fases de um conflito, desde uma ação preventiva até a estabilização e a reconciliação pós-conflito.

Um exemplo recente do trabalho do programa foi um curso interativo, de duas semanas, orientado à formação de um espírito de confiança e de equipe para cerca de 30 jovens líderes de ONGs da Sérvia e do Kosovo. O programa era composto de quatro partes: um curso de um dia, que consistia em diversos desafios ao ar livre que exigiam um planejamento colaborativo e trabalho em equipe; um segundo dia de discussões e exercícios sobre negociação e mediação; uma simulação intensiva, computadorizada, de três dias, envolvendo negociação e formulação de políticas; e um dia de diálogo com formuladores de políticas de Washington. Durante a simulação, os participantes eram desafiados a lidar, em um ambiente de alta pressão, com os problemas de um país fictício que enfrenta desafios pós-conflito, como tensões étnicas, alto desemprego, degradação ambiental e uma epidemia de HIV/Aids. Nos três dias eles "elaboraram políticas" através de uma simulação em computador que lhes permitia acompanhar os efeitos de suas políticas sobre a economia e a sociedade do país ao longo de um período de 10 anos. Nosso Programa de Educação procura preparar jovens americanos para a difícil tarefa de levar a paz a países assolados por conflitos e estimula a nova geração de líderes a buscarem um desenvolvimento profissional na área de gerenciamento de conflitos internacionais. Isto é feito por meio da produção de manuais didáticos e da realização de "workshops" e seminários para professores americanos de 2º grau e universitários que desejam incorporar estudos sobre resolução de conflitos a seus currículos.

O programa também trabalha com educadores em zonas de conflito no exterior, realizando "workshops"

e seminários sobre análise e gerenciamento de conflitos e o papel que os educadores podem desempenhar no sentido de promover a reconciliação e a tolerância naquelas áreas. Desde 11 de setembro de 2001, estes esforços concentraram-se principalmente em países e regiões com uma grande população muçulmana.

O Programa de Educação também atua diretamente com estudantes americanos de 2º grau, por meio do patrocínio anual de um Concurso Nacional de Ensaios sobre a Paz. Todos os estudantes de 2º grau dos EUA estão qualificados - e são encorajados - a participar enviando um ensaio sobre um determinado tema relacionado à paz. O tópico deste ano é uma justificativa para a guerra, isto é, é possível haver uma guerra "justa"? Milhares de estudantes em todo o país participam do concurso. Cada estado escolhe um vencedor local que ganha uma bolsa para a universidade e uma viagem até o Instituto em Washington, onde três vencedores nacionais são escolhidos e recebem uma bolsa adicional.

Nosso Programa "Rule of Law" (Estado de Direito) também possui uma abordagem prática e pró-ativa de sua missão. As pessoas tendem a pensar em democracia como algo que consiste em dois elementos: eleições e liberdade de expressão e pensamento. Mas uma democracia plena consiste em muitos outros elementos, sendo que um dos mais importantes é a aderência ao estado de direito. As pesquisas sugerem de forma incisiva que sociedades que defendem o estado de direito estão menos propensas a serem agressoras e têm uma maior probabilidade de contribuir para a paz internacional.

A equipe do Programa "Rule of Law" viaja com frequência para países em processo de transição do totalitarismo para a democracia, oferecendo uma orientação no que diz respeito à implementação de princípios legais amplamente aceitos.

A pedido dos ministros da Justiça israelense e palestino, por exemplo, a equipe do Programa "Rule of Law" organizou uma iniciativa especial sobre o diálogo jurídico entre palestinos e israelenses. O objetivo é criar relacionamentos profissionais entre as duas comunidades legais e permitir que elas explorem em conjunto uma gama de problemas comuns - um processo que eles não foram capazes de

iniciar sem uma ajuda externa e que nenhum outro organismo internacional havia assumido. Por meio de mesas-redondas e grupos de trabalho em Israel e nos territórios palestinos, membros das duas comunidades legais e especialistas internacionais discutem questões legais práticas que afetam a interação diária entre os dois sistemas, analisam exemplos relevantes de relacionamentos legais entre países vizinhos ao redor do mundo e desenvolvem propostas de solução para problemas comuns. Até o momento já participaram mais de 120 membros das duas comunidades legais. Os tópicos tratados variam de acidentes de trânsito entre israelenses e palestinos até direitos e representação de propriedade intelectual nos tribunais das duas comunidades.

Além de nossos programas voltados para questões específicas, temos programas cujo enfoque - prático e pró-ativo - são regiões particulares que estão enfrentando conflitos violentos ou se recuperando de um período de violência. Um desses programas é voltado para os Bálcãs - uma área em fase de franca recuperação depois de anos de violência étnica. Um outro programa concentra-se em uma região maior, menos facilmente definida e na qual os conflitos são históricos, recorrentes e potenciais - o amplo mundo islâmico.

O Programa para os Bálcãs do Instituto está profundamente envolvido em ajudar os Estados, comunidades e grupos étnicos da antiga Iugoslávia a sair dos destroços de uma década de conflitos violentos e mortais e a reconstruir suas sociedades. Seu diretor, Daniel Serwer, tem sido extremamente ativo na região e organizou inúmeros "workshops" para líderes comunitários e autoridades do governo nos Bálcãs para ajudá-los a planejar uma coexistência pacífica entre várias comunidades étnicas e religiosas que tradicionalmente eram inimigas.

Nosso mais recente programa, e de importância vital, é a Iniciativa Especial sobre o Mundo Islâmico. Um fato que os terroristas deixaram claro de maneira dolorosa com os ataques de 11 de setembro de 2001 é que os americanos e outras sociedades ocidentais são completamente ignorantes dos costumes, cultura e crenças que predominam em um segmento amplo e importante da população mundial - os mais de 1

bilhão de muçulmanos, habitantes de uma vasta área geográfica que se estende da África ocidental até o leste da Ásia.

Sob o comando do ex-embaixador dos EUA no Azerbaijão, Richard Kauzlarich, a Iniciativa do Mundo Islâmico explora maneiras de promover a compreensão e a tolerância entre os mundos ocidental e islâmico, concentrando-se inicialmente no conflito entre israelenses e palestinos, em seguida no Iraque e nos acontecimentos no sul e sudeste asiáticos. Ela também apóia atividades relacionadas do Instituto dentro dos programas "Rule of Law", Religião, Promoção da Paz, Educação e Treinamento.

Embora se tenha dado muita atenção ao papel da religião ao fomentar conflitos violentos, existem algumas "think tanks" que estudam seu papel no sentido de promover a paz. A Iniciativa Religião e Paz do Instituto trabalha para aprimorar a capacidade de comunidades baseadas na fé tornarem-se instrumentos em favor da paz. A Iniciativa organiza diálogos e "workshops" entre credos diferentes nos Bálcãs, no Oriente Médio e nos Estados Unidos.

Estes são apenas alguns de nossos programas. Temos outros que se concentram nos efeitos das novas tecnologias de telecomunicação, como a Internet e tecnologia de satélites, sobre a diplomacia moderna e em funções mais tradicionais das "think tank", tais como pesquisas orientadas a políticas e trabalhos editoriais. Mas os programas operacionais descritos aqui são aqueles que nos tornam verdadeiramente únicos em um mundo com cada vez mais "think tanks" voltadas para política externa. O "modus operandi" tradicional neste universo é elaborar novas opções de políticas e oferecê-las a autoridades e agentes para que eles as apliquem na mesa de negociação ou em campo. Nossa abordagem é dar um passo a mais - pular nas trincheiras junto com aquelas pessoas que estão tentando levar a paz para suas regiões do mundo e trabalhar diretamente com elas, trazendo conosco uma quantidade cada vez maior de conhecimento e perícia nas técnicas de gerenciamento de conflito e criação de condições para a paz.

CAUSANDO UM IMPACTO: "THINK TANKS" E O DEBATE SOBRE A EXPANSÃO DA OTAN

Por Ronald D. Asmus

*Membro transatlântico sênior, German Marshall Fund dos Estados Unidos
Membro adjunto sênior, Conselho de Relações Exteriores*



(As "think tanks" dos EUA desempenharam um papel central no debate para expandir a OTAN no início da década de 90, segundo Ronald D. Asmus, membro transatlântico sênior do German Marshall Fund dos Estados Unidos e membro adjunto sênior do Conselho de Relações Exteriores. Segundo ele, diversos fatores estavam envolvidos: havia a demanda por idéias novas sobre o assunto de ambos os lados do Atlântico, membros do governo dos EUA estavam inicialmente divididos sobre o assunto e a equipe da "think tank" contribuiu com dados e energia únicos para o debate.)

Existiram momentos na evolução da política externa dos EUA em que as "think tanks" causaram um impacto decisivo ao alterar a visão de mundo convencional e ao definir um novo caminho em relação a uma importante questão estratégica. O debate sobre a expansão da OTAN no início da década de 90 foi um desses momentos. As "think tanks" dos EUA desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento e criação de uma base de apoio para que os EUA decidissem expandir a OTAN como parte de uma estratégia mais ampla: superar a divisão do continente causada pela Guerra Fria e construir uma Europa unida, livre e pacífica.

Foi um período dramático. O colapso do comunismo na Europa Central e do Leste, em 1989, e a desintegração da própria União Soviética, dois anos depois, deixaram atrás de si um vácuo em termos de política ocidental na região. As revoluções democráticas de 1989 na Europa Central e do Leste pegaram o ocidente de surpresa. Por mais bem-vindas que tenham sido, elas viraram de "ponta-cabeça" muitos dos pressupostos que haviam anteriormente guiado o pensamento e as políticas ocidentais.

Os eventos reais ocorriam muito mais rapidamente do que os formuladores de políticas eram capazes de repensá-los. Em alguns momentos os governos e as burocracias estavam atrás da curva da história - e sabiam disto - vítimas, de certo modo, de nosso próprio sucesso. Após ter conseguido derrotar o

comunismo sem o disparo de um único tiro em confrontos entre o Leste e o Oeste, o Ocidente não estava preparado política e intelectualmente para apresentar uma nova visão de que tipo de Europa Pós-Guerra-Fria e qual relacionamento transatlântico eram necessários para o futuro. Qual a finalidade da OTAN em um mundo sem o comunismo e a ameaça soviética?

Estas questões produziram um dos mais acalorados e polarizadores debates sobre política externa da década de 90 neste país. A questão não era apenas decidir se a OTAN seria expandida para englobar países da Europa Central e do Leste. De certa forma, isto era apenas a ponta do iceberg. Os formuladores de políticas também estavam debatendo-se para decidir sobre que tipo de Europa e relacionamento EUA-Europa os Estados Unidos deveriam construir para esta nova era. Os resultados foram algumas das mudanças de mais longo alcance na estratégia dos EUA e da OTAN em décadas. Tive sorte de ter uma visão geral deste debate - inicialmente como analista da RAND, depois como vice-secretário adjunto de Estado no European Bureau e, finalmente, como um membro sênior do Conselho de Relações Exteriores.

Por que as "think tanks" desempenharam um papel tão fundamental neste debate? Por vários motivos. Em primeiro lugar, no início da década de 90 havia uma forte demanda por idéias novas em ambos os lados do Atlântico e geralmente os governos não estavam bem equipados para fornecê-las. Lidar com

uma mudança radical ou apresentar um novo paradigma intelectual não fazem parte das habilidades naturais das burocracias. Não que as pessoas que trabalham dentro do sistema sejam menos capacitadas. Mas elas precisam operar por meio de consenso, às vezes são avessas ao risco e simplesmente sobrecarregadas com questões e requisitos operacionais de curto prazo. É muito mais fácil pensar de maneira mais ampla ou trazer idéias novas quando se está fora do sistema e em uma "think tank", onde as estruturas de incentivo são muito diversas. A observação do ex-secretário de Estado Henry Kissinger, de que se deve fortalecer seu "capital intelectual" antes de entrar no governo é, infelizmente, verdade na maioria dos casos, porque ao trabalhar dentro da burocracia apenas se gasta esse "capital".

Em segundo lugar, no início da década de 90, os primeiros esforços do governo dos EUA para lidar com estas questões provocaram sérias divergências. Muitos participantes do governo dos EUA da época recorreram a pessoas de fora em busca de informações e análises adicionais. Em alguns casos, isso serviu simplesmente para reforçar seus próprios pontos de vista. Em outros, isso refletia os esforços para encontrar novas maneiras de superar as diferenças existentes entre o processo interagências. O resultado seguinte foi que funcionários seniores dos EUA cada vez mais entraram em contato de forma pró-ativa com "think tanks" e deram-lhes acesso a discussões interagências, que normalmente são restritas.

Em terceiro lugar, algumas "think tanks" foram capazes de aproveitar estas oportunidades, pois contribuíram com dados e energia únicos. No início da década de 90, a RAND possuía uma das melhores equipes de especialistas europeus em segurança fora do governo dos EUA. Além de uma relação de trabalho próxima com diferentes áreas do governo dos EUA, ela também tinha ótimos contatos na Europa Central, Ocidental e Oriental, além da Rússia. Juntamente com a National Defense University (Universidade de Defesa Nacional) e o Atlantic Council (Conselho do Atlântico), ela estava entre as primeiras "think tanks" a marcar presença nas novas democracias da Europa Central e do Leste. Na verdade, tanto o governo alemão quanto os governos da Europa Central e do Leste recorreram a esses

institutos em busca de apoio analítico para o desenvolvimento de novas políticas. Desta forma, eles tiveram acesso ao pensamento corrente em Washington e em ambos os lados da Europa, acesso esse que poucas outras pessoas de fora tiveram.

Mas apenas o acesso não era suficiente. Em uma época na qual o trabalho e a análise de algumas "think tanks" são cada vez mais partidários e políticos, é importante salientar que instituições como a RAND foram bem sucedidas precisamente porque elas deram um passo a mais e mantiveram-se analíticas e objetivas. Elas foram capazes de fornecer a formuladores de política sênior, normalmente ocupados e sobrecarregados de trabalho, aquilo de que eles mais necessitavam - uma estrutura e uma maneira de analisar um problema, assim como um conjunto completo de opções com seus prós e contras. Em Washington, visões alternativas de políticas encontram-se aos montes. Mas trabalhos de pesquisa que ajudam a fornecer uma nova estrutura analítica são raros.

Por exemplo, o trabalho analítico mais bem sucedido, produzido pela RAND durante o debate sobre a expansão da OTAN, não foram os artigos assinados ou outros materiais de apoio elaborados por indivíduos. Ao contrário, foi uma série de resumos analíticos que exploraram explicações alternativas para a expansão da Aliança, as questões práticas de como isso poderia ser feito, os custos envolvidos e as implicações para a Rússia e outros países não convidados. Como uma instituição, a RAND nunca assumiu uma posição oficial a favor ou contra a expansão da OTAN. Ela encarava seu papel em primeiro lugar e, principalmente, como aquele de ajudar os formuladores de políticas a compreender as questões, as opções e as concessões e permitir que eles tomassem decisões próprias com base no maior número possível de informações.

Por exemplo, o trabalho analítico mais bem sucedido, produzido pela RAND durante o debate sobre a expansão da OTAN, não foram os artigos assinados ou outros materiais de apoio elaborados por indivíduos. Ao contrário, foi uma série de resumos analíticos que exploraram explicações alternativas para a expansão da Aliança, as questões práticas de como isso poderia ser feito, os custos envolvidos e as

implicações para a Rússia e outros países não convidados. Como uma instituição, a RAND nunca assumiu uma posição oficial a favor ou contra a expansão da OTAN. Ela encarava seu papel em primeiro lugar e, principalmente, como aquele de ajudar os formuladores de políticas a compreender as questões, as opções e as concessões e permitir que eles tomassem decisões próprias com base no maior número possível de informações.

Como resultado, várias "think tanks" tornaram-se, durante algum tempo, uma parte informal, porém real do processo e do debate interagência dentro do governo dos EUA sobre o futuro da OTAN. Seus resumos informativos e memorandos tornaram-se parte fundamental do debate intelectual e sobre políticas. Analistas de "think tanks" trabalharam em contato próximo com funcionários seniores e eram convidados com frequência a fornecer informações. Eles eram solicitados com frequência a cruzar o Atlântico e colocar em prática idéias e opções de políticas junto a aliados da Europa Ocidental ou parceiros da Europa Central, com o propósito de obter comentários e sugestões antes que fossem tomadas decisões definitivas em Washington.

Em meados da década de 90 o papel das "think tanks" no debate sobre a expansão da OTAN começou a mudar. Os debates dentro do governo dos EUA foram sendo resolvidos, mas o amplo debate público sobre a expansão da OTAN estava apenas começando. À medida que as questões da expansão da OTAN foram tornando-se o ponto central de um debate cada vez mais acalorado, outras "think tanks" começaram a participar para ajudar a oferecer um fórum para uma discussão pública mais ampla. O Conselho de Relações Exteriores, a Brookings Institution, e a "New Atlantic Initiative" do American Enterprise Institute passaram a participar, criando grupos de estudo e outros mecanismos para estimular a expressão e o debate públicos. Dificilmente uma questão ganhou tanta atenção e foi assunto de debates públicos sobre políticas quanto a expansão da OTAN em meados e final da década de 90.

O papel das "think tanks" mudou para refletir esta nova realidade. Elas continuaram sendo cruciais em termos de um debate mais amplo, de entendimento e de apoio público em relação a novas políticas. Mas

elas deixaram de exercer o papel de alguém quase interno ao processo ou de atuar como "motivadoras chave" desse processo. Mesmo assim, muitas autoridades importantes do início e meados da década de 90 - como o secretário de Estado Warren Christopher, o vice-secretário de Estado Strobe Talbott e o embaixador dos EUA nas Nações Unidas Richard Holbrooke - foram testemunhas do importante papel desempenhado por "think tanks" externas que os ajudaram a desenvolver suas próprias idéias sobre estas questões.

Olhando em retrospecto, o que se pode aprender deste período e do papel crucial exercido pelas "think tanks" ao ajudar no desenvolvimento das políticas dos EUA e da OTAN? Até que ponto o impacto das "think tanks" foi o resultado de uma fase única da história, na qual formuladores de políticas sênior buscavam apoio externo para compreender as mudanças radicais ocorridas, aliada a habilidades empreendedoras de diversos "think tanks"? Ou será que esta experiência nos ensina algo mais duradouro sobre a formulação de políticas nos tempos modernos?

O fato básico é que, no atual mundo globalizado, o ritmo da diplomacia está acelerando enquanto a capacidade interna dos governos para pensar em longo prazo e de forma conceitual continua a diminuir. Esta tendência é reforçada ainda mais por uma redução em longo prazo de recursos para o Departamento de Estado. Na prática, isto significa que quaisquer recursos existentes no papel para planejamento estratégico de longo prazo são na verdade usados para simplesmente atender às tarefas operacionais do dia-a-dia. Em geral sobra pouco ou quase nada para outras tarefas.

No papel de "um indicado político vindo do mundo das "think tanks" para o governo", fiquei surpreso ao descobrir como as necessidades operacionais do dia-a-dia normalmente impediam que fossem envidados mais esforços para pensamentos intelectuais de longo prazo. Além disso, as equipes ou células de planejamento ou formulação de políticas são cada vez menos capazes de exercer o papel inicialmente planejado para elas. A época em que um diplomata veterano como George Kennan poderia passar semanas escrevendo um artigo que seria

sistematicamente discutido e talvez definisse a política externa dos EUA está cada vez mais distante.

Isto sugere que a demanda de dentro do governo por idéias criativas vindas de fora provavelmente continuará e poderá até mesmo crescer. Claro que o início da década de 90 na Europa significou uma fase extraordinária, na qual mudanças radicais colocaram em xeque muitos dos pressupostos anteriores. Mas no futuro haverá outras questões ou regiões do mundo onde importantes mudanças provavelmente tornarão as atuais políticas obsoletas. Enquanto os governos sofrerem de uma capacidade interna limitada para executar um planejamento estratégico de longo prazo, eles continuarão a recorrer ao mundo das "think tanks" a procura de pesquisas e de idéias que eles possam aproveitar e explorar.

Se as futuras "think tanks" serão capazes de atender a essas necessidades é uma outra questão. Por um lado, muitas "think tanks" ficaram mais espertas. E o mercado está cada vez mais competitivo. À medida que cresce a concorrência entre "think tanks" em termos de influenciar políticas oficiais, surge uma nova geração de analistas empreendedores que cultivam com assiduidade seus contatos no governo com o propósito de obter acesso exclusivo. Mas obter o acesso é apenas parte da questão. No final das contas, a chave para o sucesso é a qualidade do trabalho, a capacidade de atender às necessidades de formuladores de política sênior e a elaboração de recomendações práticas de políticas.

A HERITAGE FOUNDATION: INFLUENCIANDO O DEBATE SOBRE DEFESA CONTRA MÍSSEIS

Por Baker Spring

*Membro pesquisador F.M. Kirby em Políticas de Segurança Nacional
The Heritage Foundation*



A Heritage Foundation tem empregado ao longo das duas últimas décadas uma variedade de meios para influenciar o processo de políticas em Washington sobre a questão de defesa contra mísseis, disse Baker Spring, membro pesquisador F.M. Kirby de políticas de defesa nacional da Heritage Foundation. Ele analisa os desenvolvimentos relacionados ao fim do Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972 e a busca por um sistema de defesa contra mísseis baseado no mar, para mostrar como a Fundação foi capaz de influenciar a tomada de decisão em termos de políticas.

Mesmo antes do discurso do ex-presidente Ronald Reagan, de março de 1983, criando o programa SDI (Strategic Defense Initiative ou Iniciativa de Defesa Estratégica), a defesa contra mísseis era uma das questões que mais preocupava a Heritage Foundation. O estudo patrocinado pela Fundação, chamado "High Frontier", que defendia a implantação de um sistema eficaz de defesa contra mísseis balísticos, foi publicado em 1982. Desde então, a Heritage Foundation, uma organização não-partidária de pesquisa de políticas públicas, sediada em Washington, isto é, uma "think tank", tem trabalhado para educar formuladores de políticas sobre a necessidade de se implantar tal sistema.

Hoje os Estados Unidos retiraram-se do Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM) de 1972, que impedia a implantação de um sistema eficaz de defesa contra mísseis, e a administração Bush está em busca de um programa de defesa contra mísseis para abrigar um sistema eficaz o mais rápido possível. Estes desenvolvimentos bem-vindos não surgiram por acidente. Numerosos grupos e indivíduos, tanto dentro quanto fora do governo dos EUA, desempenharam papéis importantes na alteração da política dos EUA no que diz respeito à defesa contra mísseis.

O esforço educacional da Heritage Foundation empregou uma variedade de meios para influenciar o processo de políticas em Washington em relação à

defesa contra mísseis. O principal meio foi a publicação de estudos sucintos chamados "Backgrounders" (Históricos) e "Executive Memoranda" (Memorandos Executivos) sobre assuntos específicos relacionados à defesa contra mísseis, sempre que o Congresso ou o poder executivo defrontavam-se com importantes decisões sobre políticas. Os estudos tinham o objetivo de atender às necessidades dos atarefados formuladores de políticas, que precisavam inteirar-se rapidamente sobre a questão. Uma outra maneira de exercer influência incluía o fornecimento de informativos públicos e privados para membros do Congresso e suas equipes, o envio de testemunhos para audiências legislativas, o fornecimento de boletins informativos para a imprensa e o patrocínio de uma variedade de palestras e seminários sobre o tópico de defesa contra mísseis balísticos.

Dois exemplos demonstram melhor de que forma a Heritage Foundation influenciou o debate dentro do governo dos EUA sobre a questão da defesa contra mísseis nos últimos anos. O primeiro exemplo tem a ver com o Tratado ABM e o segundo está relacionado a uma opção de instalar sistemas de defesa contra mísseis em navios no mar.

BLOQUEANDO A POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO CLINTON QUE PRETENDIA PRESERVAR O TRATADO ABM

Durante muito tempo analistas da Heritage

Foundation acreditaram que o Tratado ABM representava um obstáculo intransponível para a instalação de um sistema eficaz de defesa contra mísseis. Já em 1995, estes mesmos analistas concluíram que a melhor opção era tentar a dissolução do tratado, ao invés de buscar introduzir mudanças incrementais em seu texto. A administração Clinton, que na melhor das hipóteses manteve um ceticismo em relação à idéia de se estabelecer uma defesa contra mísseis, procurou preservar o acordo. Um dos motivos pelos quais os analistas da Heritage Foundation em 1995 optaram por tentar desfazer o acordo tinha a ver com a incapacidade da administração Clinton, na época, de resolver a questão sobre quais Estados sucederiam a antiga União Soviética como partes envolvidas no tratado.

Tanto os opositores quanto os defensores do Tratado ABM reconheciam que para a preservação do tratado como um acordo com valor legal, seria necessário resolver a questão da sucessão. A administração Clinton assumiu que poderia resolver essa questão sem levar em conta a exigência da Constituição dos EUA, que diz que o Senado precisa dar sua aprovação, o chamado "advice and consent", para a ratificação de tratados. Ela estava preparada para argumentar que a resolução da questão da sucessão não exigia mudança substancial no tratado. Os analistas da Heritage Foundation discordaram. A partir de 1996, eles trabalharam para convencer importantes senadores de que a substituição da União Soviética como a outra parte do tratado ABM exigiria mudanças substanciais no tratado e, portanto, qualquer acordo que resolvesse a questão da sucessão precisaria de um consentimento do Senado.(1) De acordo com a Constituição dos EUA, o consentimento do Senado para a ratificação de tratados requer uma maioria de dois terços.

Na época, o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, senador Jesse Helms, da Carolina do Norte, acabou desempenhando um papel fundamental nessa questão. O senador Helms e sua equipe no comitê concordaram com as conclusões dos analistas da Heritage Foundation. Em 1997, o senador Helms agiu. Durante a apreciação de um outro tratado relativo a forças militares convencionais na Europa, ele conseguiu incorporar

um dispositivo cuja exigência era que o presidente Clinton assegurasse que submeteria ao Senado qualquer acordo envolvendo a sucessão do Tratado ABM. O presidente Clinton cumpriu o exigido em 15 de maio de 1997.

A partir daquele momento, os esforços da administração Clinton para preservar o Tratado ABM começaram a perder força. Embora tenha sido assinado em 26 de setembro de 1997 um acordo designando a Belarus, o Cazaquistão, a Rússia e a Ucrânia como sucessores da União Soviética no Tratado ABM, a administração Clinton não foi capaz de obter a aprovação do Congresso e esse acordo nunca entrou em vigor. Se a administração Clinton tivesse sido bem sucedida em sua política de preservar o Tratado ABM, é pouco provável que o presidente Bush, como uma questão prática, fosse capaz de ordenar a retirada dos EUA do tratado em junho de 2002. Isto porque teria sido muito complicado desfazer um acordo tão recente, já que ele representava um compromisso legal com os quatro Estados sucessores no sentido de manter a observância dos EUA ao Tratado ABM.

EM BUSCA DA OPÇÃO DE DEFESA CONTRA MÍSSEIS BASEADA NO MAR

Além de seu interesse no aspecto de controle de armas, da questão de defesa contra mísseis, a Heritage Foundation procurou educar formuladores de políticas sobre as opções tecnológicas para implantar um sistema eficaz de defesa contra mísseis. Seu interesse nas opções tecnológicas levou a Heritage Foundation a formar sua Comissão sobre Defesa Contra Mísseis em 1995. A Comissão, presidida pelo ex-diretor do programa SDI, embaixador Henry Cooper, era composta por algumas das melhores cabeças do país no que diz respeito a opções tecnológicas para defesa contra mísseis. A Heritage Foundation publicou o que seria a primeira de várias edições do relatório da Comissão no final do mesmo ano.(2)

A Comissão recomendava a instalação de interceptadores de defesa contra mísseis nos cruzadores da classe Aegis da marinha dos EUA como a melhor opção em curto prazo para a defesa contra mísseis. Especificamente, ela recomendava

atualizar a tecnologia, o que já estava sendo tentado por meio do programa então conhecido como "Navy Upper Tier" (Camada Superior da Marinha). A Comissão determinou que essa opção poderia instalar 650 interceptadores em 22 navios, em cinco a seis anos, com um custo entre US\$2 bilhões e US\$3 bilhões. A proposta também previa que os interceptadores teriam acesso a informações sobre alvos, fornecidas pela constelação de satélites sensores conhecida então pelo nome de "Brilliant Eyes" (Olhos Brilhantes).

O Congresso mostrou-se receptivo em relação à Comissão sobre Defesa contra mísseis. A Lei de Autorização de Defesa do ano fiscal de 1996, uma versão anterior vetada pelo presidente Clinton, aumentava o financiamento ao programa "Upper Tier", passando de pouco mais de US\$ 30 milhões solicitados pela administração Clinton para mais de US\$ 200 milhões. A atitude do presidente Clinton em vetar uma versão anterior desta Lei de Autorização de Defesa deve-se em parte ao fato de ele opor-se à defesa contra mísseis balísticos.

Se por um lado a administração Clinton foi obrigada a aceitar os valores mais altos de financiamento para o programa de desenvolvimento "Navy Upper Tier", por outro ela recusou-se a administrar o programa de forma consistente com as recomendações da Comissão sobre Defesa Contra Mísseis da Heritage Foundation. Ela agiu desta forma, pois considerava a abordagem da Heritage Foundation incompatível com sua política de preservar o Tratado ABM. Especificamente, a administração Clinton não queria permitir que o sistema tivesse acesso a dados do satélite e de outros sensores, o que teria permitido que ele enfrentasse mísseis balísticos de longo alcance. A administração Clinton mostrou-se disposta a financiar o programa, mas apenas se a tecnologia ficasse "mais burra".

O Congresso, porém, continuou pressionando a administração Clinton, ressaltando o potencial de uma opção de defesa contra mísseis balísticos baseada no mar. A Lei de Autorização de Defesa Nacional para o ano fiscal de 1998 incluía uma exigência para que a administração Clinton informasse ao Congresso se o sistema "Upper Tier" da Marinha poderia ser atualizado para oferecer uma

defesa limitada contra mísseis balísticos de longo alcance. A Organização de Defesa contra mísseis Balísticos (BMDO) do Pentágono produziu o relatório e um resumo de suas conclusões que foram lançados em 1º de junho de 1999. O relatório da BMDO fazia referência a uma edição posterior do relatório da Comissão sobre Defesa Contra Mísseis da Heritage Foundation.⁽³⁾ E mais importante, o relatório da BMDO confirmou as conclusões da Heritage Foundation de que uma versão atualizada do então chamado sistema "Navy Theater-Wide" (NTW) seria capaz de interceptar mísseis de longo alcance.

Embora a administração Clinton continuasse a retardar o desenvolvimento do sistema NTW, houve progressos. Hoje a administração Bush chama o programa NTW de programa "Sea-Based Mid-course". Duas vezes este ano um protótipo do interceptador destruiu alvos de mísseis balísticos em testes de vôo. O primeiro teste de vôo aconteceu em janeiro de 2002 e o segundo em junho. Os testes bem sucedidos de interceptação serviram para apoiar a recomendação feita inicialmente em 1995 pela Comissão sobre Defesa contra Mísseis da Heritage Foundation, que favorecia a opção de basear interceptadores de defesa contra mísseis no mar.

CONCLUSÃO

O papel da Heritage Foundation em remodelar políticas públicas, assim como acontece com outras "think tanks" nos Estados Unidos, é educar membros do Congresso e outros formuladores de políticas no que diz respeito a questões específicas. A Fundação não é um lobby e nem uma entidade política. Sua influência deriva da qualidade de suas propostas para a resolução de problemas relacionados a políticas públicas.

Na área de segurança nacional, o problema era tratar da vulnerabilidade tanto dos Estados Unidos quanto de seus aliados à crescente ameaça representada pela proliferação e tecnologia de mísseis balísticos. As soluções propostas pela Heritage Foundation para estes problemas incluíam retirar-se do Tratado ABM e instalar um sistema eficaz e global de defesa contra mísseis, começando com interceptadores baseados no mar. Os formuladores de políticas dos EUA aceitaram a primeira proposta e estão caminhando em

direção a aceitar a segunda. Essas ações são o resultado direto da força das próprias propostas e do esforço educacional daqueles que as originaram.

- (1) Baker Spring, "The Senate Should Block the White House's End Run on ABM Treaty" (O Senado deveria bloquear a ofensiva da Casa Branca sobre o Tratado ABM), Heritage Backgrounder n 1106, 11 de março de 1996.
- (2) Comissão sobre Defesa contra Mísseis da Heritage Foundation, *Defending America: A Near-and Long-Term Plan to Deploy Missile Defenses* (Defendendo a América: Um plano de curto e longo prazo para instalar defesas contra mísseis)(Washington, D.C.: The Heritage Foundation, 1995).
- (3) Comissão sobre Defesa contra Mísseis da Heritage Foundation, *Defending America: A Plan to Meet the Urgent Missile Threat* (Defendendo a América: Um plano para enfrentar a ameaça urgente dos mísseis) (Washington, D.C.: The Heritage Foundation, 1999).

UM DIÁLOGO NACIONAL SOBRE O ESTABELECIMENTO DE UMA "THINK TANK": O CASO DE HONDURAS

*Por Amy Coughenour Betancourt
Membro adjunto do Americas Program
Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais*



("Think Tanks" podem ser criadas a partir de eventos marcantes na história de um país ou nascerem em função de urgentes questões nacionais que motivem a busca por melhores soluções de políticas e são, em muitos casos, "o fruto da mente" de uma pessoa ou de um pequeno grupo de visionários, diz Amy Coughenour Betancourt, membro adjunto do Americas Program do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. Em Honduras, disse ela, "a idéia era plantar a semente entre uma ampla gama de líderes nacionais que participaram de um "workshop" e permitir o surgimento de uma liderança natural.")

Quando fui convidada no início deste ano para realizar um seminário com líderes hondurenhos sobre "como estabelecer uma "think tank" estratégica", considerei uma série de questões sobre como orientar um país através deste processo. Embora muitos especialistas em "think tank" tenham analisado uma ampla gama de questões, incluindo a história destas instituições e a razão pela qual elas foram fundadas, poucos, se é que existem, desenvolveram orientações práticas para aqueles interessados em criar uma instituição desta natureza. Além disso, o próprio conceito de uma "think tank" no contexto hondurenho precisava ser examinado. Como ex-membro da equipe e atual membro adjunto do Americas Program no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington, estou familiarizada com a estrutura interna de uma "think tank" no estilo norte-americano, ou seja, uma organização independente e sem fins lucrativos que produz pesquisa e análise com o objetivo de formular políticas públicas. Entretanto, este não era necessariamente um modelo relevante para Honduras, dadas as limitações financeiras e falta de tradição em instituições deste tipo naquele país. A abordagem que finalmente selecionei tratava das quatro seguintes questões chave:

- De onde viria a liderança para a criação de uma instituição desta natureza e quem faria parte dela?
- Quais são as características de uma "think tank",

seu papel e função e por que elas surgem?

- Qual o contexto geral de organizações não-governamentais (ONGs) na América Latina no qual este tipo de instituição está inserida e, especificamente, existem instituições em Honduras atualmente que possuem características semelhantes às de uma "think tank"?
- Que tipos de recurso estão disponíveis para instituições de políticas públicas?

Finalmente, o cerne do "workshop", que foi patrocinado pela embaixada dos EUA em Honduras, concentrou-se em um exercício "visionário" para identificar questões de políticas e lacunas no contexto hondurenho que poderiam servir de estímulo para a criação de um esforço de pesquisa em políticas públicas.

Eram dois os propósitos de se organizar um "workshop" sobre "think tanks" em Honduras: em primeiro lugar, havia uma necessidade visível de uma instituição nacional que produzisse pesquisa de alto nível sobre questões nacionais e internacionais, particularmente aquelas relacionadas à política externa. Não existia qualquer instituição que se destacasse como líder autônoma nesta área. Em segundo lugar, não havia instituição que pudesse oferecer um conjunto de peritos reconhecidos em questões nacionais e internacionais a quem líderes nacionais, o governo, o Congresso, o corpo

diplomático e outros pudessem recorrer para obter análise de políticas, dados, palestrantes e outros produtos e serviços tipicamente fornecidos por uma "think tank". Após detectarmos essas necessidades, ocorreu uma interessante sessão de brainstorming sobre o papel que as instituições de políticas públicas exercem na vida política, como e por que elas se desenvolvem, como as questões de políticas nacionais são identificadas e priorizadas e, em última instância, como identificar a liderança para implementar a criação de tal instituição em um país em desenvolvimento.

LIDERANÇA E PARTICIPANTES

Identificar os participantes em uma discussão nacional sobre a criação de uma nova "think tank" nacional - ou o fortalecimento de organizações já existentes de políticas públicas - é um desafio, pois pode predeterminar os pontos de vista e questões que serão trazidas à baila. No caso de Honduras, a academia diplomática do Ministério das Relações Exteriores hondurenho assumiu a liderança, identificando as principais instituições e participantes a serem incluídos na sessão de planejamento. Entre os grupos representados estavam funcionários do governo, autoridades da área de defesa, a mídia, ONGs, empresas internacionais de consultoria, grupos empresariais e comerciais, o centro de pesquisa jurídica da universidade e o Centro de Pesquisa Legislativa. Outros participantes potencialmente importantes que estavam ausentes do "workshop", mas que seriam valiosos em tal iniciativa incluem uma representação mais efetiva da Universidade Nacional e outras instituições acadêmicas, membros ou funcionários do congresso, uma gama mais ampla de organizações da sociedade civil, autoridades do governo, prefeitos e outros representantes de governos locais e pessoas com especialização ou com bolsas de estudo na área de políticas públicas.

Estes grupos não apenas têm interesse em pesquisa na área de políticas públicas, mas também têm o potencial de oferecer parte da liderança intelectual necessária, além de apoio financeiro ou elementos organizacionais para futuros empreendimentos.

O dilema é que, idealmente, um diálogo nacional

sobre a criação de uma instituição cuja intenção é provocar impacto em escala nacional deveria incluir uma ampla gama de pontos de vista, mas historicamente as "think tanks" são geralmente formadas por pessoas ou grupos com uma agenda, conjunto de objetivos e imperativos de política bem particulares. Raramente elas são constituídas por um grupo díspar de instituições ou pessoas com missões e funções variadas que se reúnem por consenso.

As "think tanks" são geralmente criadas a partir de eventos marcantes na história de um país ou nascem em função de urgentes questões nacionais que motivem a busca por melhores soluções de políticas e são, em muitos casos, "o fruto da mente" de uma pessoa ou de um pequeno grupo de visionários. Por exemplo, o Conselho de Relações Exteriores, uma das mais antigas instituições de políticas públicas dos Estados Unidos, foi fundado originalmente em 1921 por homens de negócio, banqueiros e advogados determinados a manter os Estados Unidos engajados no mundo. Isto ocorreu logo após a Primeira Guerra Mundial quando muitas lideranças políticas dos EUA defendiam uma visão mais insular para a política americana. No início da década de 80, diversas "think tanks" conservadoras, como a Heritage Foundation, foram criadas a partir de uma ruptura ideológica com o legado das políticas do "New Deal" do então presidente Franklin D. Roosevelt.⁽¹⁾ Em Honduras, entretanto, a idéia era plantar a semente entre uma ampla gama de grupos e permitir o surgimento de uma liderança natural.

PAPEL E ANÁLISE DE "THINK TANKS"

Uma vez reunidos os participantes em Tegucigalpa, o primeiro objetivo era desenvolver um entendimento comum do que seriam "think tanks", ou centros de pesquisa em políticas públicas, e examinar as funções, papéis e atividades típicas de tais organizações. Foram colocadas e discutidas questões sobre a missão, o enfoque, a autonomia, o tamanho, o orçamento, a ideologia e outras características, usando uma amostragem de "think tanks" dos EUA como pano de fundo para análises e discussões em pequenos grupos e posteriormente uma amostragem de instituições latino-americanas. As instituições dos EUA incluíam a CSIS, o Centro de Políticas Internacionais, a Brookings Institution, a Heritage

Foundation e o Conselho de Relações Exteriores. Entre as instituições latino-americanas temos grupos como El Colegio de Mexico, a Fundação Salvadorenha para o Desenvolvimento Econômico e Social (FUSADES), o Centro para Estudo do Estado e Sociedade (CEDES) na Argentina, o Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD) no Peru, e a Fundação Getúlio Vargas no Brasil.

Dentro do contexto do papel e função das "think tanks", o grupo também discutiu as razões para o surgimento delas - um elemento importante para se compreender os catalisadores políticos, sociais, culturais e econômicos envolvidos na criação de tais instituições. Estudos comparativos sobre "think tanks" feitos por importantes especialistas na área facilitaram a discussão ao fornecerem dados práticos sobre a proliferação de instituições de pesquisa em políticas públicas ao redor do mundo. Os estudos também forneceram idéias valiosas no sentido de entender como as estruturas políticas e interações de políticas de um país traduzem-se em instituições únicas de pesquisa em políticas públicas.(2)

O "TERCEIRO SETOR" E "THINK TANKS" NA AMÉRICA LATINA

Uma das etapas críticas do "workshop" foi observar o surgimento de centros de pesquisa em políticas públicas dentro do contexto da explosão de ONGs e outras entidades civis na América Latina ao longo das últimas décadas. Conforme observaram muitos estudiosos, estes florescentes grupos do "terceiro setor" - que não fazem parte do setor público (o Estado) e nem do setor privado, que busca o lucro (o mercado) - surgiram a partir das conexões cada vez mais indistintas entre governo, mercados e sociedade civil. Uma grande quantidade de material escrito sobre sociedade civil, democracia e alteração de estruturas de poder começou a esclarecer os variados tipos de organizações da sociedade civil, seu relacionamento tanto com o governo quanto com o mercado, e o crescente poder que elas exercem em importantes debates na sociedade na América Latina e em outras partes do mundo.(3)

Alguns subconjuntos de ONGs são instituições dedicadas ao debate sobre políticas, pesquisa e impacto de políticas públicas e, em alguns casos, defesa de

mudanças sociais efetivas. Na América Latina, estas instituições - por exemplo, o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento (CIDAC) e o Centro para Pesquisa e Ensino Econômico (CIDE) no México, o Centro para Estudos Públicos (CEP) no Chile e o Instituto de Estudos Peruanos (IEP) no Peru - não apenas existem, mas têm proliferado rapidamente ao longo de várias décadas e, em alguns casos, estão prosperando. Mesmo assim, com poucas exceções dignas de nota, elas são pouco compreendidas em vista da escassa pesquisa dedicada a elas. Embora não tão grandes e conhecidos quanto seus equivalentes nos Estados Unidos e outros países, muitos institutos latino-americanos de políticas públicas foram bem sucedidos em atrair talentos intelectuais de renome na área de pesquisa e em exercer papéis importantes ao estruturar debates sobre políticas nacionais.(4)

O CONTEXTO HONDURENHO

Os participantes do "workshop" passaram então a analisar a história e a situação atual das instituições de políticas públicas em Honduras. A maneira como as instituições hondurenhas foram classificadas quanto a estarem ou não envolvidas em atividades de pesquisa independente e não vinculada a partidos na área de políticas públicas baseou-se parcialmente em uma comparação com o modelo de "think tank" dos EUA. A maioria se enquadrava no modelo dos EUA, mas após uma análise mais cuidadosa, Honduras mostrou possuir um histórico interessante de funções parecidas com aquelas de uma "think tank" mas sendo exercidas por uma série de instituições. Mapear estas instituições, a maneira como elas surgiram, suas fontes de financiamento e os tipos de atividades realizadas por elas foi fundamental para determinar quaisquer passos futuros no sentido de fortalecer instituições e atividades ligadas a políticas públicas.(5)

A maioria dessas organizações produziu pesquisa a nível nacional sobre questões específicas e organizou fóruns de políticas e outros eventos. Entretanto, provavelmente nenhuma destas instituições - por vários motivos, entre eles falta de autonomia, recursos limitados, um enfoque no setor de negócios e a incapacidade de causar impacto nas políticas - seria considerada uma "think tank" "clássica". Mesmo assim, cada uma delas possuía

conhecimentos valiosos para contribuir em uma ampla gama de questões relevantes de política, e muitas incorporaram de forma criativa atividades de pesquisa e políticas ao seu portfólio quando havia recursos disponíveis.

RECURSOS E FINANCIAMENTO

A questão do financiamento é o fator determinante em qualquer discussão sobre a criação de uma instituição. Foram analisados diversos mecanismos de financiamento, incluindo; financiamento externo para o desenvolvimento, fundações, contribuições do setor privado, financiamento estatal, concessão de bolsas de estudo, cobrança de mensalidade, pesquisa de contrato, venda de publicações, serviços e taxas de conferência. Fica bastante evidente que em instituições latino-americanas é necessário diversificar as fontes de financiamento e evitar uma excessiva dependência de uma única fonte. Quando esta fonte única - em muitos casos financiamento externo - se esgota ou as prioridades de um doador mudam, as instituições ficam com pouco ou nenhum financiamento e são, portanto, bastante enfraquecidas, o que faz com que elas muitas vezes fechem suas portas ou reduzam drasticamente seus orçamentos.

CONCLUSÕES

O cerne do "workshop" foi o processo "visionário" dos participantes no sentido de identificar questões específicas de políticas que fossem importantes para os hondurenos, descobrir lacunas na área de políticas e mostrar oportunidades para modelar políticas e propor uma agenda que trouxesse mudanças. Eles analisaram as questões obrigatórias de políticas e os participantes relevantes, assim como o papel que uma "think tank" poderia exercer no contexto hondurenho.

Embora os participantes tenham expressado sentimentos muito positivos sobre os resultados do "workshop", ainda é uma incógnita se Honduras será bem sucedida em fortalecer a qualidade e o impacto de sua pesquisa em políticas públicas. Chegou-se a um consenso em relação às principais questões prioritárias de política para Honduras assim como em relação a onde estão as oportunidades para influenciar estas políticas.(6) O grupo também

concordou em formar um comitê diretivo que se reuniria para desenvolver um estudo conceitual, uma estratégia de financiamento e um plano de ação.

Até o momento, ocorreram duas reuniões sob a liderança da equipe diplomática do Ministério das Relações Exteriores. Mas planos para criar um "centro de documentação e pesquisa" dentro do corpo diplomático - por mais útil que seja para a profissionalização do serviço de relações exteriores hondurenho - não atendem, em última instância, às necessidades de uma instituição autônoma, não-partidária, confiável e com enfoque em políticas para fortalecer o debate sobre políticas públicas no país. O ímpeto para se criar uma "think tank" independente em Honduras - ou em quase qualquer país - que não esteja ligada diretamente ao setor de negócios, ao governo, às forças armadas ou a outros interesses específicos, será determinado, em última análise, pela urgência percebida para reformas, a forte valorização de um pensamento independente no debate sobre políticas públicas e por um grupo de líderes e benfeitores com uma visão para modelar o futuro do país por meio de sólidas soluções de políticas.

(1) Smith, James. 1991. *Idea Brokers: Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite* (Corretores de idéias: "Think tanks" e a ascensão da nova elite na área de políticas). Nova York: Free Press.

(2) Veja Stone, Diane, Andrew Denham e Mark Garnett, editores. 1998. *Think Tanks Across Nations: A Comparative Approach* ("Think tanks" ao redor do mundo: Uma abordagem comparativa). Manchester e Nova York: Manchester University Press.

(3) Veja Meyer, Carrie. 1999. *The Economics and Politics of NGOs in Latin America* (O aspecto econômico e político das ONGs na América Latina). Westport: Praeger.

(4) Para uma excelente pesquisa sobre os centros latino-americanos de políticas públicas, veja Levy, Daniel, 1996. *Building the Third Sector: Latin America's Private Research Centers and Nonprofit Development* (Construindo o terceiro setor: Centros latino-americanos de pesquisa privada e desenvolvimento sem fins lucrativos). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

(5) Diversos membros do grupo compartilharam seu conhecimento sobre estas instituições, entre elas a Foundation for Investment and Development of Exports (FIDE); o National Defense College; o Institute for Juridical Research da National Autonomous University; o Honduran Council for Private Enterprise (COHEP); e o Citizens' Forum (Foro Ciudadano), para citar apenas algumas. Obrigado a John Sanbrailo, diretor-executivo da Pan American Development Foundation, por suas idéias sobre as instituições hondurenhas de políticas públicas.

(6) Segurança e corrupção foram as duas principais questões de política, seguidas de redução da pobreza, desenvolvimento sustentável, educação e economia.

A PORTA GIRATÓRIA

"'Think tanks' fornecem um fluxo contínuo de especialistas para servir em administrações que estão entrando e gabinetes do congresso", uma função que é "crítica para o sistema político norte-americano", disse o diretor de políticas e planejamento do Departamento de Estado, Richard Haass. Além disso, observou, "as 'think tanks' fornecem aos funcionários que estão deixando o governo a estrutura institucional na qual eles podem compartilhar idéias coletadas de serviços do governo" e "permanecem engajados em pressionar os debates sobre política externa".

A seguir temos uma lista de alguns proeminentes norte-americanos que serviram tanto no governo quanto em "think tanks":

James Baker: presidente honorário do James A. Baker III Institute for Public Policy na Rice University do Texas

Anteriormente: secretário de Estado da primeira administração Bush (1989-1992), secretário do Tesouro e presidente do Conselho de Política Econômica do presidente (1985-1988).

C. Fred Bergsten: Diretor do Institute for International Economics

Anteriormente: Carnegie Endowment for International Peace (1981), secretário adjunto do Tesouro para Assuntos Internacionais (1977-1981), membro sênior da Brookings Institution (1972-1976), diretor sênior para Assuntos de Economia Internacional do Conselho de Segurança Nacional (1969-1971) e do Conselho de Relações Exteriores (1967-1968).

John Bolton: subsecretário de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional

Anteriormente: vice-presidente do American Enterprise Institute e secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais (1989-1993).

Zbigniew Brzezinski: conselheiro do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

Anteriormente: conselheiro de Segurança Nacional do presidente Carter (1977-1981).

Paula Dobriansky: subsecretária de Estado para Assuntos Globais

Anteriormente: vice-presidente sênior e diretor do Escritório do Conselho de Relações Exteriores em Washington, diretor associado de Políticas e Programas da U.S. Information Agency, diretor de Assuntos Europeus e Soviéticos do Conselho de Segurança Nacional.

Lee Feinstein: membro sênior para Política Externa dos EUA e Direito Internacional do Conselho de Relações Exteriores

Anteriormente: principal vice-diretor da Equipe de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado na administração Clinton.

Leslie Gelb: Presidente do Conselho de Relações Exteriores

Anteriormente: mMembro sênior do Carnegie Endowment (1980-1981), secretário de Estado adjunto para Assuntos Político-militares (1977-1979), membro sênior da Brookings (1969-1973), diretor de Política e Planejamento do Departamento de Estado (1967-1969).

Morton H. Halperin: membro sênior e diretor do U.S. Foreign Policy e do Centro para Democracia e Livre Mercado do Conselho de Relações Exteriores
Anteriormente: diretor da equipe de planejamento de políticas do Departamento de Estado (1998-2001), vice-presidente sênior da Century Foundation/Twentieth Century Fund (1997-1998), assistente especial do presidente e diretor sênior para Democracia do National Security Council (Conselho de Segurança Nacional) (1994-1996), membro sênior do Carnegie Endowment (1992-1994), membro sênior da Brookings (1969-1973), vice-secretário adjunto de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional (1967-1969).

Richard Holbrooke: conselheiro do Conselho de Relações Exteriores
Anteriormente: secretário de

Estado adjunto para a Europa (1994-1996), enviado especial do presidente Clinton para a Bósnia e o Kosovo, secretário de Estado adjunto do presidente Carter para Assuntos do Leste da Ásia e Pacífico (1977-1981), editor-gerente da revista trimestral "Foreign Policy" do Carnegie Endowment (1972-1976).

Kim Holmes: secretário de Estado adjunto designado para Assuntos de Organizações Internacionais Anteriormente: vice-presidente da Heritage Foundation, membro sênior do Institute for Foreign Policy Analysis da Fletcher School.

Martin Indyk: diretor do Saban Center para Políticas do Oriente Médio da Brookings Institution Anteriormente: secretário de Estado adjunto para Assuntos do Oriente Próximo (1997-2000).

James Kelly: secretário de Estado adjunto para Assuntos do Leste da Ásia e Pacífico Anteriormente: presidente do Pacific Forum do Center for Strategic and International Studies em Honolulu, assistente especial do presidente Reagan para Assuntos de Segurança Nacional e diretor sênior para Assuntos Asiáticos do National Security Council (Conselho de Segurança Nacional) (1986-1989), vice-secretário adjunto de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional (Ásia do leste e Pacífico).

Zalmay Khalilzad: enviado especial do presidente Bush para o Afeganistão e assistente especial para o sudoeste asiático, Oriente Médio e Norte da África do National Security Council Anteriormente: diretor do programa Estratégia, Doutrina e Estrutura de Força do Project Air Force da RAND (1993-1999); subsecretário adjunto de Defesa para Política e Planejamento (1991-1992), cientista político sênior na RAND (1991-1992), conselheiro especial do subsecretário de Estado para Assuntos Políticos sobre a Guerra Irã-Iraque e a guerra soviética no Afeganistão (1985-1989).

Henry Kissinger: secretário de Estado (1973-1977) e assistente do presidente para Assuntos de Segurança Nacional nas administrações Nixon e Ford (1969-1975), diretor de estudos do programa de Armas Nucleares e Política Externa do Conselho de Relações Exteriores (1955-1956).

Lawrence Korb: membro sênior e diretor de Estudos de Segurança Nacional do Conselho de Relações Exteriores Anteriormente: secretário de Defesa adjunto (1981-1985).

Jessica Matthews: Presidente do Carnegie Endowment for International Peace Anteriormente: membro sênior do Conselho de Relações Exteriores e diretora do programa Washington do CFR (1993-1997), vice-subsecretária de Estado para Assuntos Globais (1993), vice-presidente fundadora e diretora de pesquisa do World Resources Institute (1982-1993), diretora do Office of Global Issues do National Security Council (1977-1979).

Richard Perle: membro-residente do American Enterprise Institute, presidente do Conselho de Política de Defesa do Departamento de Defesa Anteriormente: Secretário de Defesa adjunto para Política de Segurança Internacional (1981-1987).

Peter Rodman: Secretário de Defesa adjunto para Assuntos de Segurança Internacional Anteriormente: Diretor de Programas de Segurança Nacional do Nixon Center (1995-2001), assistente especial do presidente para Assuntos de Segurança Nacional e conselheiro do National Security Council (1987-1990), diretor da Equipe de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado (1984-1986).

George Shultz: distinto membro Thomas W. e Susan B. Ford da Hoover Institution Anteriormente: secretário de Estado na administração Reagan (1982-1989), presidente do Conselho Consultivo de Políticas Econômicas do presidente Reagan (1981-1982), secretário do Tesouro (1972-1974), secretário do Trabalho da administração Nixon (1969-1970).

Richard Solomon: Presidente do U.S. Institute of Peace Anteriormente: secretário de Estado adjunto para Assuntos do Leste da Ásia e Pacífico (1989-1992); diretor de Política e Planejamento do Departamento de Estado (1986-1989); funcionário sênior do National Security Council (1971-1976).

Helmut Sonnenfeldt: diretor do Atlantic Council of

the United States e estudioso convidado da Brookings
Anteriormente: conselheiro do Departamento de Estado (1974-1977), funcionário sênior do Conselho de Segurança Nacional na administração Nixon (1969-1974).

Gene Sperling: membro sênior para Política Econômica e diretor do Center on Universal Education do Conselho de Relações Exteriores
Anteriormente: conselheiro econômico nacional do presidente Clinton e diretor do National Economic Council (1996-2000)

James Steinberg: vice-presidente e diretor de Estudos de Política Externa da Brookings Institution
Anteriormente: vice-conselheiro de Segurança Nacional da administração Clinton (1996-2000), diretor de Política e Planejamento do Departamento de Estado (1994-1996), analista sênior da RAND (1989-1993).

Strobe Talbott: presidente da Brookings Institution
Anteriormente: vice-secretário de Estado na administração Clinton (1994-2001), assistente especial do presidente e diretor sênior para Assuntos do Oriente Próximo e do Sul da Ásia do National Security Council (1993-1995).

RESUMO DE "THINK TANKS"

James McGann, do Foreign Policy Research Institute disse que aproximadamente 1,5 mil "think tanks" nos EUA "se ocupam de uma variedade de atividades relacionadas com política, e abrangem uma diversidade de instituições que têm várias formas organizacionais."

Este informativo traça o perfil de nove "think tanks" dos EUA, que foram selecionadas para mostrar uma representativa gama de visões, com orçamentos variando de US\$ 3 milhões até quase US\$ 30 milhões, e com equipes que variam de 35 até quase 200 pessoas.

American Enterprise Institute
(<http://www.aei.org>)

Missão: The American Enterprise Institute for Public Policy Research, fundado em 1943, dedica-se a preservar e fortalecer as fundações da liberdade - governos limitados, iniciativa privada, instituições culturais e políticas vitais, e uma forte política externa e defesa nacional - através de pesquisa escolar, debates abertos e publicações. AEI é totalmente não-partidária e não toma qualquer posição institucional sobre leis ou outras questões políticas pendentes.

Estrutura : Um Conselho de Curadores composto por 24 membros, importantes executivos empresariais e financeiros, administra o Instituto e sua agenda de pesquisa e compromissos é revista por Conselheiros Acadêmicos, um grupo especial de estudantes externos. O presidente Christopher C. DeMuth orienta as operações diárias do instituto que tem aproximadamente 50 estudantes residentes e colaboradores. Além disso, mantém uma rede suplementar de mais de 100 estudantes em universidades dos EUA e institutos de política.

Recursos Financeiros: AEI é uma organização independente, sem fins lucrativos, financiada principalmente por doações e contribuições de

fundações, empresas e indivíduos. Seu orçamento em 2000 foi de US\$ 17 milhões.

The Carnegie Endowment for International Peace
(<http://www.ceip.org>)

Missão : The Carnegie Endowment for International Peace (CEIP), fundado em 1910, é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada a aumentar a cooperação entre nações e promover um ativo compromisso internacional por parte dos EUA. Através de pesquisas, publicações, reuniões e, ocasionalmente, criando novas instituições e redes internacionais, os membros do Endowment formam novas aproximações políticas.

Estrutura : O Conselho de Curadores, composto de 23 líderes empresariais dos EUA e da vida pública, administra o Endowment e dirige suas iniciativas de pesquisa. A presidente Jessica T. Matthews supervisiona as operações diárias. O escritório em Washington tem 100 pessoas, e cerca de 40 estudantes russos trabalham no escritório de CEIP em Moscou.

Recursos Financeiros : The Endowment tem um orçamento anual de US\$ 18.3 milhões. A maior parte de seus recursos vem de contribuições, rendimentos de aluguéis e publicações, incluindo "Foreign Policy", uma das mais importantes revistas de política e economia internacionais.

The CATO Institute
(<http://www.cato.org>)

Missão : The Cato Institute, fundado em 1977 como uma fundação de pesquisa de política pública, sem fins lucrativos, busca alargar os parâmetros de debate de política pública para permitir análises dos tradicionais princípios americanos de governo limitado, liberdade individual, mercados livres e paz. Para atingir esta meta, o instituto se esforça para conseguir um maior envolvimento do público em questões políticas e sobre o próprio papel de governo.

Estrutura : Um Conselho Administrativo, composto de 15 profissionais empresariais, administra o instituto que tem cerca de 90 funcionários em tempo integral, 60 estudantes e 16 colaboradores, além de estagiários. O presidente e fundador Edward H. Crane supervisiona as operações diárias do Instituto.

Recursos Financeiros: Para manter sua independência, the Cato Institute, que tem uma operação anual de US\$ 15 milhões, não aceita qualquer doação ou recursos do governo. Os contribuintes incluem indivíduos, empresas e fundações. Outra fonte de renda vem da venda de publicações e taxas pagas para conferência.

Center for Nonproliferation Studies
(<http://cns.miis.edu/>)

Missão: The Center for Nonproliferation Studies (CNS), criado em 1989 por seu diretor atual, Dr. William Potter, se esforça para combater a expansão de armas de destruição em massa (WMD), treinando a próxima geração de especialistas de não-proliferação e disseminando informações e análises atualizadas. CNS Monterey Institute of International Studies é a maior organização não-governamental, nos Estados Unidos, dedicada exclusivamente à pesquisa e ao treinamento em assuntos relacionados à não-proliferação.

Estrutura: CNS tem uma equipe em tempo integral, com mais de 65 especialistas e mais de 65 assistentes diplomados em pesquisa, localizada em escritórios em Monterey, Califórnia; Washington, D.C.; e Almaty, Cazaquistão. Um Conselho Administrativo Internacional - que inclui legisladores dos EUA e Rússia, ex-embaixadores, funcionários da ONU, renomados peritos em não-proliferação e executivos empresariais - se reúne duas vezes por ano para revisar programas e atividades da CNS. Além disso, o Centro participou do Grupo de Estratégia de Não-proliferação, um grupo internacional de peritos que se encontra periodicamente para desenvolver recomendações de política.

Recursos Financeiros: CNS tem um orçamento anual de US\$ 6,5 milhões, e é uma instituição educacional sem fins lucrativos, financiada por doações dos indivíduos, de fundações e empresas. Três vezes por

ano, publica a revista "The Nonproliferation Review"."

Center for Strategic and International Studies (CSIS)
(<http://www.csis.org>)

Missão : Durante quatro décadas, The Center for Strategic and International Studies (CSIS) tem se dedicado a fornecer aos líderes mundiais insights estratégicos e soluções de política para os assuntos globais atuais e emergentes. CSIS ajuda a desenvolver políticas públicas nacionais e internacionais, gerando insights estratégicos, reunindo redes estratégicas, criando soluções de políticas e desenvolvendo os líderes de hoje e de amanhã.

Estrutura : CSIS é liderada pelo presidente e diretor-geral, John J. Hamre, ex-subsecretário de Defesa, e é orientada por um Conselho de Curadores presidido pelo ex-senador Sam Nunn e composta por proeminentes representantes do setor público e privado. CSIS emprega 190 pesquisadores, além de pessoal de apoio.

Recursos Financeiros: Contribuições de corporações, fundações e indivíduos constituem 85% dos recursos necessários para atender ao orçamento do CSIS que em 2001 foi de US\$ 17.5 milhões. O restante dos recursos vem de doações, contratos com o governo e vendas de publicações.

Conselho de Relações Exteriores
(<http://www.cfr.org>)

Missão : Fundado em 1921, o Conselho Relações Exteriores é uma organização de sociedade não-partidária, centro de pesquisa e editora. Dedicase ao crescente entendimento dos EUA com relação ao mundo e contribui com idéias para a política externa dos EUA. O Conselho realiza estes objetivos, principalmente promovendo debates e discussões construtivas, esclarecendo assuntos mundiais e publicando Foreign Affairs, a principal publicação em assuntos globais.

Estrutura : A organização é administrada por um

Conselho de Administração de 31 membros. Leslie H. Gelb é o diretor-geral e presidente. Tem uma equipe de aproximadamente 200 pessoas, incluindo cerca de 75 colaboradores. Seus associados (cerca de 4 mil que são escolhidos através de um processo de indicação) estão divididos quase que igualmente entre Nova York, Washington, D.C. e o resto do país.

Recursos Financeiros : O Conselho é uma organização independente, isenta de imposto e financiada por pagamentos e contribuições dos associados, financiamento e doações individuais, contribuições de empresas e rendas próprias. O orçamento total para o ano fiscal atual é de US\$ 29.6 milhões.

The Heritage Foundation

(<http://www.heritage.org>)

Missão : Fundado em 1973, The Heritage Foundation é um instituto educacional e de pesquisa cuja missão é formular e promover políticas públicas conservadoras, baseadas nos princípios de livre-empresa, governo limitado, liberdade individual, tradicionais valores dos EUA e uma forte defesa nacional. A Fundação produz pesquisa e gera soluções consistentes com suas convicções que são comercializadas para o Congresso, o poder executivo, agências de notícias e outros.

Estrutura : Um Conselho de Curadores, composto de 19 membros, administra o trabalho de 185 funcionários da Heritage, incluindo uns 75 peritos em uma extensa gama de assuntos de política nacional e estrangeira. O presidente Edwin J. Feulner supervisiona as operações diárias da Fundação.

Recursos Financeiros : The Heritage Foundation, que tem um orçamento anual de US\$ 28.4 milhões, obtém seus recursos através de contribuições de seus sócios, inclusive empresas e mais de 200 mil indivíduos nos EUA.

Hudson Institute

(<http://www.hudson.org/>)

Missão : The Hudson Institute, fundado em 1961, produz pesquisa independente, de alta qualidade e se

esforça para competir corajosamente no debate de idéias de política. Hudson trabalha para aconselhar e orientar mudanças de políticas, aplicando suas idéias, sempre que possível, junto a outros líderes em comunidades, negócios, organizações sem fins lucrativos e também governos. Sua missão é ser a primeira fonte de pesquisa aplicada em duradouros desafios de política nos EUA.

Estrutura : Em 1984, Hudson ampliou seu escopo ao garantir uma equipe de pesquisa influente e diversificada. O Instituto tem uma equipe de 75 pessoas e mantém sua sede em Indianápolis, Indiana, além de ter um escritório em Washington, D.C. e escritórios-satélites nos EUA. O presidente do Instituto, Herbert I. London e dois vice-presidentes, um em Indianápolis e outro em Washington, D.C., presidem o Instituto. Seus trabalhos são orientados por um Conselho de Curadores.

Recursos Financeiros : Hudson Institute, com um orçamento anual de US\$ 7 milhões, é uma organização sem fins lucrativos, e seus recursos vêm, principalmente, de contribuições de indivíduos, fundações e empresas.

New America Foundation

(<http://www.newamerica.net/>)

Missão : O propósito da the New America Foundation, fundado em janeiro de 1999, é trazer novas vozes e idéias para serem discutidas publicamente com a nação. Confiando em uma aproximação de capital de risco, a Fundação investe em excelentes indivíduos e idéias de política que transcendem o aspecto político convencional. New America patrocina uma extensa variedade de pesquisas, publicações, conferências e eventos sobre os mais importantes assuntos do momento.

Estrutura : The New America Foundation tem uma equipe de 35 pessoas e é um instituto: de política pública, independente, não-partidário, sem fins lucrativos. Foi concebido pelo trabalho colaborativo de um grupo diversificado e de várias gerações de intelectuais públicos, líderes cívicos e executivos empresariais. O Conselho de Administração da New America, presidido por James Fallow, e Ted Halstead é o fundador e diretor executivo da organização.

Recursos Financeiros :The New America Foundation, com um orçamento anual de US\$ 3 milhões, é financiada principalmente por doações e contribuições de fundações, empresas e indivíduos e pela venda de suas publicações.

O papel das "think tanks" na política de relações externas dos EUA: BIBLIOGRAFIA

(O Departamento de Estado não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos listados abaixo. Esta responsabilidade é somente dos fornecedores destes materiais).

Abelson, Donald E. AMERICAN THINK-TANKS AND THEIR ROLE IN US FOREIGN POLICY (As "think tanks" americanas e seu papel na política externa dos EUA). Nova York: St. Martin's, 1996. 208 pg.

Abelson, Donald E. DO THINK TANKS MATTER?: ASSESSING THE IMPACT OF PUBLIC POLICY INSTITUTES (As "think tanks" fazem diferença? Avaliando o impacto dos institutos de política pública). Montreal, Canadá: McGill-Queen's University, 2002. 272 pg.

Allen, Mike. GLOBAL PEACE GETS A PUSH FROM NEW KROC INSTITUTE (A paz global ganha impulso com o novo Kroc Institute) San Diego Business Journal, vol. 22, no. 27, July 2, 2001, pp. 3-4)

Brown, Eugene; Snow, Donald M. PUZZLE PALACES AND FOGGY BOTTOM: U.S. FOREIGN AND DEFENSE POLICY-MAKING IN THE 1990S (Palácios de quebra-cabeças e território não-demarcado: a realização da política externa e de defesa dos EUA na década de 90). Nova York: St. Martin's, 1994. 281 pg.

C-SPAN. WASHINGTON JOURNAL: SPECIAL ON THINK TANKS (Revista de Washington: Especial sobre as "think tanks"). Washington: C-SPAN, August 12-15, 2002.

Center for Defense Information. AMERICA'S DEFENSE MONITOR (O monitor da defesa da América). Washington: Center for Defense Information, Programa de televisão semanal.

Congressional Quarterly. PUBLIC INTEREST PROFILES (Perfis de interesse público), 2001-2002. Washington: Congressional Quarterly, 2000. 912 pg.

D'Agostino, Joseph A. CATO INSTITUTE (Human Events, vol. 58, no. 19, May 20, 2002, pg. 14)

Deane, Claudia; Morin, Richard. THE IDEAS INDUSTRY (A indústria das idéias) The Washington Post, coluna semanal)

Delgado, Richard; Stefancic, Jean; Tushnet, Mark. NO MERCY: HOW CONSERVATIVE THINK TANKS AND FOUNDATIONS CHANGED AMERICA'S SOCIAL AGENDA (Sem misericórdia: como as "think tanks" e fundações conservadoras mudaram a agenda social da América). Filadélfia: Temple University, 1996. 208 pg.

Garnett, Mark; Stone, Diane. THINK TANKS OF THE WORLD: GLOBAL PERSPECTIVES ON IDEAS, POLICY AND GOVERNANCE ("Think tanks" mundiais: perspectivas globais em idéias, política e governo). Nova York: St. Martin's, 1998. 240 pg.

Higgott, Richard; Stone, Diane. THE LIMITS OF INFLUENCE: FOREIGN POLICY THINK TANKS IN BRITAIN AND THE USA (Os limites da influência: "think tanks" de política externa na Grã-Bretanha e EUA) (Review of International Studies, vol. 20, no. 1, January 1994, pp. 15-34)

Kitfield, James. CSIS EMBRACES OLD MISSION WITH NEW FACES (Csis abraça uma missão antiga com novas faces) (National Journal, vol. 32, no. 37, September 9, 2000, pp. 2807-2808)

McGann, James G.; Weaver, R. Kent, eds. THINK TANKS AND CIVIL SOCIETIES: CATALYSTS FOR IDEAS AND ACTION ("Think tanks" e as sociedades civis: catalizadoras de idéias e ações). New Brunswick, NJ: Transaction, 2002. 617 pg.

Newsom, David D. THE PUBLIC DIMENSION OF FOREIGN POLICY (A dimensão pública da política externa) Bloomington: Indiana University, 1996. 287 pg.

Public Broadcasting Service. THINK TANK ("Think thank") Alexandria, VA: Public Broadcasting Service, Programa de televisão semanal.

Ricci, David M. THE TRANSFORMATION OF AMERICAN POLITICS: THE NEW WASHINGTON AND THE RISE OF THINK TANKS (A transformação da política americana: A nova Washington e a ascensão das "think tanks"). New Haven, CT: Yale University, 1994. 310 pg.

Rich, Andrew; Weaver, R. Kent. THINK TANKS IN THE U.S. MEDIA ("Think tanks" e a mídia dos EUA)(The Harvard International Journal of Press/Politics, vol. 5, no. 4, Fall 2000, pp. 81-103)

Robin, Ron. THE MAKING OF THE COLD WAR ENEMY: CULTURE AND POLITICS IN THE MILITARY-INTELLECTUAL COMPLEX (A criação do inimigo da Guerra Fria: Cultura e política no complexo militar-intelectual). Princeton, NJ: Princeton University, 2001. 256 pg.

Smith, James A. THE IDEA BROKERS: THINK TANKS AND THE RISE OF THE NEW POLICY ELITE (Os corretores de idéias: "think tanks" e o surgimento da nova elite política). Nova York: Free Press, 1993. 356 pg.

O papel das "think tanks" na política de relações exteriores dos EUA UMA SELEÇÃO DE SITES NA INTERNET

(Existem aproximadamente 1.500 "think tanks" nos EUA. A lista abaixo, incompleta, pretende divulgar uma amostragem ou referência das "think tanks" que lidam com problemas da política externa dos EUA. Para uma visão mais abrangente, use as duas últimas URLs da Internet, que oferecem muitos outros links para as "think tanks". (O Departamento de Estado não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos listados abaixo. Esta responsabilidade é somente dos fornecedores destes materiais).

American Enterprise Institute
<http://www.aei.org/>

Aspen Institute
<http://www.aspeninst.org/>

Atlantic Council of the United States
<http://www.acus.org/>

Brookings Institution: Foreign Policy Studies
http://www.brook.edu/dybdocroot/fp/fp_hp.htm

Carnegie Endowment for International Peace
<http://www.ceip.org/>

Cato Institute: Foreign Policy
<http://www.cato.org/foreignpolicy/index.html>

Center for Strategic and International Studies
<http://www.csis.org/>

Council of Foreign Relations
<http://www.cfr.org/>

do Foreign Policy Research Institute
<http://www.fpri.org/>

Heritage Foundation
<http://www.heritage.org/>

Hoover Institution on War, Revolution and Peace,
Stanford University
<http://www-hoover.stanford.edu/>

Hudson Institute
<http://www.hudson.org/>

Institute for Defense Analyses
<http://www.ida.org/>

Institute for Foreign Policy Analysis
<http://www.ifpa.org/>

Institute for Multi-Track Diplomacy
<http://www.imtd.org/>

John F. Kennedy School of Government, Harvard
University
<http://www.ksg.harvard.edu/kennedy.shtml>

National Defense University
<http://www.ndu.edu/>

New America Foundation
<http://www.newamerica.net/>

RAND: Foreign and Security Policy
http://www.rand.org/interpol_area/forsec/

Stimson Center
<http://www.stimson.org/>

U.S. Institute of Peace
<http://www.usip.org/>

Woodrow Wilson International Center for Scholars
<http://wwics.si.edu/>

Lehman Social Sciences Library, Columbia University
<http://www.columbia.edu/cu/lweb/indiv/lehman/guides/ttanks.html>

University of North Carolina
<http://www.ibiblio.org/ucis/Nonprofit.html>

A G E N D A D A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 7

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 3

O PAPEL DAS THINK TANKS



NA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

novembro de 2002